

ENSINO MÉDIO NOTURNO EM MINAS GERAIS:

democratização e diversidade
democratização e diversidade
democratização e diversidade
democratização e diversidade
democratização e diversidade



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Ensino médio noturno em Minas Gerais : democratização e diversidade / coordenação estadual Dalila Andrade Oliveira. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

72 p.

ISBN-----

1. Ensino regular noturno. 2. Ensino médio. 3. Informações estatísticas. I. Oliveira, Dalila Andrade. II. Brasil. Secretaria de Educação Básica.

CDU 373.5.018.42 (815.1)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

**ENSINO MÉDIO NOTURNO EM MATO GROSSO DO SUL:
DEMOCRATIZAÇÃO E DIVERSIDADE**

BRASÍLIA

2008

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

**DIRETORIA DE CONCEPÇÕES
E ORIENTAÇÕES CURRICULARES
PARA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**COORDENAÇÃO GERAL
DO ENSINO MÉDIO**

COORDENAÇÃO NACIONAL

Sandra Zákia Lian Sousa
Romualdo Luiz Portela de Oliveira
Valéria Virgínia Lopes

EQUIPE NACIONAL

João Galvão Bacchetto
Luciane Muniz Ribeiro
Ocimar Munhoz Alavarse
Sálua Guimarães

COORDENAÇÃO ESTADUAL

Dalila Andrade Oliveira

EQUIPE ESTADUAL

Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves
Maria Helena Gonçalves Augusto

REVISÃO FINAL

Joíra Furquim
Suely Touguinha

PROJETO GRÁFICO/CAPA

Erika Ayumi Yoda Nakasu
Foto capa: Nikolaj Bourguignon

Tiragem 30 mil exemplares
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, sala 500
CEP: 70047-900 Brasília-DF
Tel. (61) 2104-8177 / 2104-8010
<http://www.mec.gov.br>



Quadro 1 – Porcentagem da renda apropriada por extratos da população (1991 e 2000).....	22
Quadro 2 – Estrutura etária da população de Belo Horizonte.....	28
Quadro 3 – Taxa de Matrícula Bruta e Líquida no Ensino Médio 2002 – Minas Gerais	31
Quadro 4 – Taxa de rendimento escolar no Ensino Médio Noturno na rede pública de Minas Gerais – 2000/2002.....	32
Quadro 5 – Número de docentes por nível de formação e nível/modalidade de atuação rede estadual e municipal de ensino de Minas Gerais – 2002	34
Quadro 6 – Agrupamento das escolas.....	37
Quadro 7 – Alunos trabalhadores e suas expectativas com os estudos por agrupamento de escolas	44
Quadro 8 – Professores efetivos e contratados/ designados por agrupamento de escolas.....	46
Gráfico 1 – Matrícula Efetiva, Diurno e Noturno, segundo o Ano e a Rede de Ensino – Minas Gerais	31
Gráfico 2 – Distorção idade-série no Ensino Médio – Minas Gerais.....	32
Gráfico 3 – Taxa de conclusão no Ensino Médio Noturno – rede pública Minas Gerais.....	33
Gráfico 4 – Perfil etário dos alunos das dez escolas	42
Gráfico 5 – Relação com o mercado de trabalho em números	43

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
DELINEAMENTO DO ESTUDO	11
POLÍTICA NACIONAL DE ENSINO MÉDIO.....	14
Finalidades e objetivos do Ensino Médio.....	16
Responsabilidade pela oferta e pelo financiamento	17
Currículo e organização do Ensino Médio	18
O ENSINO MÉDIO NOTURNO NO ESTADO DE MINAS GERAIS	21
1. Breve caracterização do estado de Minas Gerais.....	21
2. Política Educacional para o Ensino Médio em Minas Gerais	24
3. A política educacional para o Ensino Médio Noturno no município de Belo Horizonte	28
4. Estatísticas do Ensino Médio Noturno.....	31
5. Análise da Política Educacional para o Ensino Médio Noturno	35
REVELAÇÕES DA PESQUISA	37
1. As escolas do Ensino Médio Noturno: rede física, equipamentos e instalações	40
2. Os alunos do Ensino Médio Noturno	42
3. Os professores do Ensino Médio Noturno	45
4. Diretores e responsáveis pelo Ensino Médio Noturno	47
5. Gestão escolar, relações internas e da escola com o sistema e com a comunidade escolar	48
PROPOSTAS E PERSPECTIVAS	50
1. Sobre a opinião dos alunos acerca do Ensino Médio Noturno.....	53
2. Sobre a opinião dos professores e diretores acerca do Ensino Médio Noturno	55
3. Sobre o currículo do Ensino Médio Noturno	57
UMA ESCOLA EM DESTAQUE	60
1. Características gerais da escola	60
2. A experiência do Ensino Médio Noturno da escola	63
3. Relações de parceria e busca de auxílio externo.....	64
4. A visão da escola sobre a sua experiência de ensino	65
5. A visão do observador externo	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	70

apresentação

apresentação

apresentação

Este caderno é parte da publicação *Ensino Médio Noturno: democratização e diversidade*, uma iniciativa da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) e visa a divulgar os resultados da pesquisa realizada no estado de Mato Grosso do Sul.

A pesquisa denominada *Ensino Médio Noturno: registro e análise de experiências*, cujas informações estão sumariadas na presente publicação, ocorreu entre 2003 e 2004 e teve por finalidade subsidiar a formulação e a implementação de políticas educacionais, contemplando eventuais especificidades dessa etapa e desse turno de ensino. Originou-se, à época, de demanda apresentada pela Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico do Ministério da Educação (Semtec/MEC¹) que, tendo em conta o conhecimento acumulado sobre o tema, seja na bibliografia nacional, seja nas políticas implementadas nos anos recentes, identificou a relevância e a oportunidade de estudos capazes de iluminar alternativas de intervenção, particularmente dirigidas ao ensino noturno, como apoio aos administradores de diferentes instâncias dos sistemas educacionais.

Para tanto, buscou-se registrar e analisar experiências no Ensino Médio Noturno, em uma amostra intencional de 80 escolas, distribuídas em oito unidades federadas, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa análise visou a identificar condicionantes de diferentes naturezas (administrativa, legal, pedagógica, cultural e outras) que contribuem para o sucesso ou eventuais limitações das iniciativas desenvolvidas pelas escolas pesquisadas, bem como seu potencial de iluminar alternativas de atuação para o universo de escolas que oferecem curso médio noturno.

Procurou-se desvendar momentos do movimento vivido por escolas médias noturnas, a partir da perspectiva de democratização do ensino, em suas dimensões de acesso e permanência na escola, com um ensino de qualidade. Ainda, assumiu-se como princípio, para análise das experiências escolares, buscar identificar não apenas tendências comuns, propostas e/ou práticas recorrentes, mas, sobretudo, especificidades e diversidades que caracterizam os contextos estudados, visando a apreender condições e fatores que têm sido capazes de contribuir para a qualidade de ensino.

1 – O organograma do Ministério da Educação foi reorganizado em 2004, passando a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico a integrar a Secretaria de Educação Básica, como um de seus departamentos, intitulado Departamento de Políticas de Ensino Médio.

Espera-se, assim, contribuir para um olhar mais atento para o Ensino Médio, particularmente aquele que se realiza no período noturno, visando a alternativas educacionais que garantam às parcelas mais empobrecidas da população o direito à educação.

Cabe registrar a inestimável colaboração de profissionais e alunos das escolas pesquisadas, que acolheram a pesquisa na esperança de que ela viesse a representar ações efetivas de melhoria do Ensino Médio Noturno.

Esta publicação é composta por oito volumes, correspondentes à análise específica relativa aos estados abrangidos e um volume que registra a análise do conjunto das informações pesquisadas.

Este volume apresenta resultados de pesquisa sobre o Ensino Médio Noturno no estado de Mato Grosso do Sul. Assim como nos demais estados, foram selecionadas dez escolas localizadas em área urbana, mas em municípios com diferentes perfis demográficos e econômicos. Neste estado, todas oferecem Ensino Fundamental e Médio, e duas delas oferecem na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Cinco atendem a menos de 100 alunos no Ensino Médio Noturno e as outras cinco atendem a 160, 260, 381, 419 e 1.088 alunos nessa etapa da Educação Básica.

O levantamento de dados² nas escolas selecionadas em Mato Grosso do Sul foi realizado no período de 9 de outubro a 10 de novembro de 2003, por meio de observação *in loco*, de aplicação de questionários a diretores, responsáveis pelo ensino noturno, professores e alunos e de consulta a registros e documentos escolares.

Este trabalho trata dos seguintes tópicos: (a) contextualização do Ensino Médio Noturno no estado; (b) o que a pesquisa evidenciou no tocante à infra-estrutura, aos alunos, à equipe escolar, à organização e à administração escolar, assim como às relações intra-escolares e da escola com o sistema de ensino e a comunidade; (c) indicações e sugestões para o sistema e as escolas; (d) experiência de uma das escolas selecionadas.

2 – Participaram do levantamento e do tratamento dos dados Loreni Giordani, Maria Alice Miranda Aranda, Sônia Maria Borges Oliveira (mestrandas da UFMS) e Vílma Miranda de Brito (Profª da UEMS).

introdução

introdução

introdução

A demanda pelo Ensino Médio vem aumentando muito ao longo dos últimos anos, particularmente em decorrência das políticas de ampliação do acesso ao Ensino Fundamental e dos programas de correção do fluxo escolar. Tanto aqueles que permanecem por mais tempo no sistema escolar, passando a concluir o Ensino Fundamental, quanto os que reingressam na escola, para aumentar seu potencial de inserção e sucesso profissional, estão pressionando pela abertura de mais vagas no sistema de ensino.

Pode-se afirmar que a pressão pela ampliação de vagas no Ensino Médio é propiciada tanto pelo contexto econômico mais amplo quanto pela movimentação interna aos sistemas de ensino que, desde o final dos 90, vêm enfrentando, como nunca, o acesso à escola para crianças e jovens, sobretudo aqueles na faixa entre 7 e 14 anos, período da escolarização obrigatória³. A melhora nos índices de conclusão do Ensino Fundamental gera significativo aumento da demanda pelo Ensino Médio.

Segundo as disposições gerais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a Educação Básica “tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (art. 22).

O que está expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é a opção política pela formação geral, enfrentando, ainda que no papel, a indefinição histórica vivida por essa etapa da escolarização. Essa nova condição para o Ensino Médio representa um avanço, pois, ao se admitir este como parte da Educação Básica, abre-se como perspectiva a introdução de sua compulsoriedade, permitindo, com isso, a incorporação de grandes parcelas da população, até então excluídas da escolarização.

A ampliação da demanda, associada às modificações em curso no processo produtivo, tem trazido à escola média, desde recém-egressos do Ensino Fundamental até trabalhadores que retornam a ela após período de afastamento, em busca de qualificação ou simplesmente de certificação de estudos, crescentemente exigidos no mercado de trabalho, além da tradicional busca de acesso ao nível superior. Também, a legislação que vem normatizando a Educação no Brasil, a partir de meados dos anos 90, redefine o papel

3 – Após a implantação do Fundef, muitos sistemas anteciparam o início do Ensino Fundamental para crianças com seis anos, medida incorporada à legislação recentemente, pela Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005.

e a função do Ensino Médio, com a decorrente revisão curricular, exigindo ajustes na ação administrativo-pedagógica, desde a esfera federal até as unidades escolares.

Associa-se a isso a carência de estudos especificamente destinados a analisar a situação do Ensino Médio Noturno, que, ao mesmo tempo em que atende ao aluno trabalhador, o faz também para aquele que, ao não encontrar vaga no período diurno, vê-se sem alternativa que não se matricular à noite.

Proposições específicas para o Ensino Médio Noturno situam-se, assim, como alternativas para minimizar, ou mesmo superar, diferenças de estruturas, condições e dinâmicas de trabalho, que tendem a produzir e reproduzir desigualdades educacionais e sociais.

Por serem mais intensos que os do diurno, os problemas estruturais do ensino noturno permanecem sem o devido equacionamento, fazendo com que as parcelas da população que não têm a alternativa de migrar para o período diurno, quando isso é possível do ponto de vista da oferta, permaneçam desassistidas, com a recorrente denúncia de o noturno constituir-se em uma escola de pior qualidade, piores condições de trabalho e percentuais de sucesso inferiores ao diurno.

delineamento do estudo

delineamento do estudo

delineamento do estudo

O acompanhamento e a avaliação da implementação das políticas educacionais têm sido um dos principais desafios de administradores e técnicos que atuam em diferentes instâncias dos sistemas de ensino. Sobre o Ensino Médio Noturno, o que se constatou quando da formulação da pesquisa que deu origem a este texto foi a oportunidade de trilhar um caminho de estudo que pudesse vir a contribuir com as administrações públicas no sentido de ilustrar caminhos possíveis para avaliação das políticas em execução, particularmente pelas Secretarias de Educação, responsáveis pela oferta dessa etapa da Educação Básica.

Tal perspectiva revestiu-se de maior significado ao se constatar que as contribuições trazidas por pesquisas acadêmicas, voltadas para essa etapa do ensino básico, tendiam a focalizar a análise do desenho das políticas, tais como formuladas, indicando a carência de contribuições acerca de resultados e impactos das políticas ou mesmo de sugestões acerca de procedimentos para acompanhamento e monitoramento das políticas em curso.

Verificou-se ser grande parte dos estudos sobre o Ensino Médio voltada à “análise sobre os condicionantes das reformas em curso, tendo como pano de fundo o mundo contemporâneo em seus diversos aspectos sociais, econômicos, políticos, demográficos, raciais e étnicos” (Martins, 2002, p. 331), detendo-se na “análise do desenho das políticas públicas com base em documentos, em fontes oficiais, no conjunto normativo-legal e/ou na discussão dos próprios condicionantes políticos e sociais” (Martins, 2002, p. 334). O mesmo ocorre com os voltados para análise das diretrizes curriculares nacionais (cf. Martins, 2002).

Estudos dessa natureza tendem a priorizar um debate sobre princípios e finalidades das iniciativas de reforma do Ensino Médio, embora nessas produções constata-se, como observa Ângela Martins, “pouquíssimas discussões sobre os próprios termos reforma, inovação e mudança” (p. 332), tomados pelos autores como ponto de partida para suas reflexões.

Em menor número, há pesquisas que se voltam para explorar discursos e práticas de atores escolares perante as propostas em implementação e, mais raras ainda, as pesquisas de intervenção. Também chama a atenção o fato de usualmente os estudos privilegiarem separadamente dados quantitativos ou qualitativos, não se observando uma tendência de tratamento articulado de dados gerais e específicos, números, discursos e práticas.

Tendo em conta essas constatações e o propósito de utilizar uma metodologia que pudesse ser apropriada, com as necessárias adaptações, por equipes estaduais responsáveis

pela condução das ações direcionadas ao Ensino Médio, procurou-se, no delineamento assumido, ir além de uma análise das políticas tal como anunciadas nos programas educacionais. Buscaram-se pistas acerca da consecução das políticas, a partir de seus eventuais reflexos na escola, bem como um tratamento dos dados que combinasse as dimensões qualitativa e quantitativa.

O que se pretende registrar nesta seção são os caminhos trilhados para responder ao propósito da pesquisa, qual seja, indicar subsídios para a formulação de políticas direcionadas ao Ensino Médio Noturno, voltados a administradores atuantes em nível federal, subsídios estes que também poderiam ter repercussões em âmbito estadual. Desde o início das discussões com a Semtec/MEC evidenciou-se a impossibilidade de adoção, no estudo, de qualquer perspectiva prescritiva, dentre outras razões, por se considerar a autonomia dos entes federados e as competências constitucionais do governo nacional e dos governos estaduais, bem como as especificidades e as desigualdades do Ensino Médio Noturno, no território nacional.

Assim, a pesquisa configurou-se como um estudo descritivo e analítico, de propostas e práticas direcionadas ao Ensino Médio Noturno, supostamente capazes de produzir ensino de qualidade, tendo como foco a escola, espaço este que seria privilegiado na apreensão de pistas para a formulação de políticas. Não se pretendeu traçar quadro representativo das escolas brasileiras ou mesmo dos estados pesquisados, tratou-se de amostra intencional contemplando escolas supostamente de qualidade.

As informações coletadas nas escolas foram cotejadas com as diretrizes e os planos vigentes em níveis federal, estadual e, eventualmente municipal, com a legislação que normatiza a Educação Básica, especialmente o Ensino Médio, e com dados disponíveis nos sistemas de informação estatística de órgãos governamentais. Esse delineamento metodológico possibilitou mapeamento e análise de propostas e iniciativas em curso no país, articulando diferentes fontes de informação, tendo-se, no entanto, como referência principal, observações e manifestações obtidas na escola. Nesta publicação não serão exploradas as considerações acerca da legislação e de programas governamentais, priorizando-se a divulgação do delineamento assumido no estudo e nas contribuições oriundas da pesquisa de campo.

Assumiu-se, também, como ponto de partida para definição da abordagem metodológica, o dinamismo inerente ao processo de formulação de políticas, que se concretiza

por meio de perspectivas, interações, decisões e práticas de muitos sujeitos, internos e externos aos governos, que representam projetos educacionais e sociais muitas vezes conflitantes entre si. Ou seja, da formulação de dada política à sua implementação, são inúmeros e diversificados os seus condicionantes. Como diz Palumbo:

De fato, uma política é como um alvo em movimento, não é algo que possa ser observado, tocado ou sentido. Ela tem que ser inferida a partir da série de ações e comportamentos intencionais de muitas agências e funcionários governamentais envolvidos na execução da política ao longo do tempo. Política é um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes. (PALUMBO, 1994)

Tal compreensão levou a que se buscasse apreender, nos contextos estudados, o que se vinha produzindo como Ensino Médio Noturno de qualidade e em que condições isso ocorria, sem a pretensão de tentar explicar ou conformar a realidade observada aos marcos normativos e legais presentes nas políticas federais, estaduais ou, eventualmente, municipais.

política nacional de ensino médio

política nacional de ensino médio

política nacional de ensino médio

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, a Educação Básica é composta por três etapas de escolarização: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Nessa perspectiva, entendendo o Ensino Médio como parte da formação geral, articula a antiga polaridade: propedêutico-profissional. Dessa concepção decorre toda a reforma do Ensino Médio, que desvinculou a formação geral, direito de todos, da formação profissional, opção ou exigência para a ocupação de determinados postos de trabalho.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, pretende-se a universalização do Ensino Médio no Brasil. O texto da Constituição Federal foi alterado pela Emenda Constitucional nº 14/1996, que estabeleceu a “progressiva universalização do Ensino Médio gratuito” (inciso II do artigo 208). A formulação original da Constituição foi retomada na LDB, que prevê a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio” (inciso II do artigo 4º). Reiterando tal perspectiva, tem-se no Plano Nacional de Educação, a previsão de atendimento de 100% da demanda do Ensino Médio, no prazo de dez anos.

Quando se faz uma retrospectiva histórica do Ensino Médio no Brasil, a questão central que acompanha sua implantação e expansão é relativa a sua função: propedêutica, destinada àqueles que pretendem cursar o ensino Superior ou terminal, promovendo a profissionalização.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71 enfrentou essa dualidade estabelecendo a profissionalização obrigatória. Ancorada na suposta demanda do mercado de trabalho por técnicos e na teoria do capital humano, a política de profissionalização compulsória fracassou desde a sua concepção, sofrendo alterações que buscaram minimizar seus efeitos já em 1975, e tendo sido revogado, em 1982, seu ponto mais polêmico, extinguindo-se a obrigatoriedade da profissionalização. No entanto, uma política de tal impacto, que pretendeu solucionar definitivamente a ambigüidade histórica do Ensino Médio, deixou marcas. Bastaria dizer que, no período entre os anos 1972 e 1983, a matrícula nessa etapa mais que dobrou, sendo 1.299,9 milhões de matriculados em 1972 e 2.944,1⁴ milhões em 1983. À formação geral, nem sempre percebida como necessária, juntou-se a idéia, nem sempre real, da possibilidade de inserção em um mercado de trabalho pronto a receber novos e mais trabalhadores com supostas qualificações específicas.

4 – MEC/SEEC, Sinopses Estatísticas do Ensino, 1960 – 1987. In: Cunha, 1995, p. 46.

Em artigo de referência que tomou o conjunto das publicações sobre o Ensino Médio nos *Cadernos de Pesquisa*, Dagmar Zibas (1992, p. 58) registra que, desde o início dos 80 já se estabelecia, entre pesquisadores e educadores, a “compreensão do 2º Grau como complemento indissociável do 1º Grau e a tese da formação para o trabalho dentro do 2º Grau, entendida como formação para a cidadania”.

Os debates que precederam a LDB atual e fizeram avançar essa concepção foram realizados num contexto político e econômico mais definido do que aquele encerrado com a promulgação da Constituição Federal. As mudanças decorrentes da redemocratização de boa parte dos países pobres, da globalização da economia, das novas tecnologias e da ampliação do acesso às informações em tempo real, marcaram os cenários mundial e brasileiro e radicalizaram tendências mais conservadoras, reduzindo significativamente o avanço na conquista de direitos, que resultou, para o Ensino Médio, na alteração do texto constitucional.

O cenário mundial, de crise econômica e política, acirrou a competição entre empresas e instituições, entre nações e entre todos e cada um, fazendo crescer, de modo impressionante, a valorização da escola e da credencial escolar no Brasil. Cada vez mais o mercado de trabalho se retrai e cria exigências mais elevadas de escolarização para o ingresso em qualquer ocupação. Além disso, a permanência da população mais jovem nos sistemas de ensino tem potencial de contribuir para retardar seu ingresso no mercado de trabalho, minimizando, ainda que temporariamente, os efeitos do desemprego sobre os jovens e suas famílias.

No interior dos sistemas de ensino, um conjunto de medidas, programas e políticas governamentais – como a correção do fluxo escolar; os recursos financeiros vinculados para o Ensino Fundamental estabelecidos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); a construção de escolas nas regiões mais carentes (Projeto Nordeste e Fundescola); a LDB, que flexibilizou a organização do ensino, entre outros – cumpriram importante papel na ampliação do acesso à escola e na permanência dos alunos vindos das camadas mais pobres da população, diga-se, a maioria dos brasileiros. A última década assistiu ainda à realização de programas não-governamentais, por organizações da sociedade civil, em apoio a programas oficiais, como o desenvolvimento de ações de formação de professores ou de produção de material de apoio às escolas, ou a atuação em áreas desassistidas pela política governamental, como a alfabetização de jovens e adultos.

Dá se pode afirmar que a pressão pela ampliação de vagas no Ensino Médio é propiciada tanto pelo contexto econômico mais amplo, quanto pela movimentação interna aos sistemas de ensino que, desde o final dos 90, vêm enfrentando, como nunca, a questão do acesso à escola para crianças e jovens, sobretudo aqueles na faixa entre 7 e 14 anos, período da escolarização obrigatória.

Finalidades e objetivos do Ensino Médio

Segundo as disposições gerais da LDB, a Educação Básica “tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (art. 22). Sobre isso, Carlos Roberto Jamil Cury (2002, p. 16) destaca que “a qualidade de básica não é privativa de nenhuma etapa e/ou modalidade” e, portanto, “o caráter indispensável, articulado à cidadania e ao trabalho, é próprio de toda a Educação Básica (grifos do autor)”, reforçando a compreensão unificadora que a LDB confere a esse nível do ensino.

A mesma lei, no artigo 35, estabelece as seguintes finalidades para o Ensino Médio:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Segundo Celso Beisiegel (2002, p. 45), a explosiva ampliação da oferta de vagas no Ensino Médio pode remeter a críticas como as que ocorreram em relação ao Ensino Fundamental, ou seja, a perda de suposta qualidade. O autor defende que há aí uma nova qualidade, que é o acesso aberto a todos, e afirma que a qualificação dessa etapa da escolarização tem como pressuposto a “clara compreensão das implicações e a plena aceitação da *legitimidade* da presença dos jovens das classes populares no Ensino Médio (grifos do autor)”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio explicitam ainda mais as concepções emanadas da LDB. No Parecer 15/98, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, estão registrados os princípios da reforma do Ensino Médio. Valoriza-se o aprender contínuo de linguagens e tecnologias como suporte para o prosseguimento nos estudos, para o exercício pleno da cidadania e para a inserção no mundo do trabalho. O trabalho é tomado como organizador do currículo, “como forma de interação com a natureza e o mundo social”.

Responsabilidade pela oferta e pelo financiamento

A Constituição Federal estabelece no seu artigo 211 que as diversas esferas governamentais “organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. No parágrafo 3º desse mesmo artigo, alterado pela EC nº 14/96, o Ensino Médio aparece como prioridade de atuação dos estados e do Distrito Federal e, no parágrafo 4º, prevê-se que devem ser estabelecidos sistemas de colaboração com os municípios para assegurar o ensino obrigatório. Essa mesma diretiva está presente na LDB.

Para a garantia do financiamento em educação, o artigo 212 da Constituição Federal estabelece que municípios, estados e Distrito Federal gastem, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Essa fatia orçamentária, todavia, não é destinada exclusivamente ao Ensino Médio no caso dos estados, já que há também o dever de colaborar para garantir a universalização do Ensino Fundamental e da concentração de recursos nessa etapa prescrita pelo Fundef. Além disso, no caso dos municípios, criar ou manter escolas de Ensino Médio significa dispor de recursos adicionais, para além dos percentuais vinculados.

A Emenda Constitucional nº 14/96, ao alterar o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabeleceu um fundo de natureza contábil, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que reservou 60% dos recursos destinados à educação dos estados, municípios e do Distrito Federal exclusivamente para a etapa obrigatória do ensino. A distribuição dos recursos aglutinados no Fundo estadual é proporcional ao número de matrículas no Ensino Fundamental oferecidas em cada rede de ensino. Com boa parcela dos recursos reservados

para essa etapa de ensino, o Fundef inibe ou contém o investimento em outras etapas, atingindo perversamente a Educação Infantil e o Ensino Médio.

Se, por um lado, pode haver desestímulo dos estados na criação, na manutenção e na qualificação das escolas de Ensino Médio, por outro, há o crescente aumento da demanda por essa etapa da Educação Básica, como resultado da priorização do Ensino Fundamental, concretizada pelo Fundef e pelas políticas de regularização do fluxo escolar.

Assim, apenas considerando a movimentação interna do sistema de ensino, a focalização no Ensino Fundamental vem pressionando a ampliação de vagas no Ensino Médio, sem que estejam previstos os recursos para o atendimento dessa demanda adicional.

O Plano Nacional de Educação (PNE) registra que os 40% de recursos vinculados à educação e não incluídos no Fundef devem custear, nos estados, a manutenção e o desenvolvimento do Ensino Médio. No entanto, o atual governo federal, na definição de metas educacionais para o Brasil, estabeleceu a criação do Fundeb (para toda a Educação Básica), medida que poderá melhorar a distribuição de recursos entre as etapas da Educação Básica e, eventualmente, evidenciar sua insuficiência.

Currículo e organização do Ensino Médio

Ancorada na opção pela formação geral, a LDB, em seu artigo 36, estabelece que o currículo do Ensino Médio:

- I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;
- II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;
- III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

E mais:

§ 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre:

I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Outros tópicos referentes ao currículo definem que, como parte da Educação Básica, este deve ter uma base nacional comum, devendo também oferecer formação em História do Brasil, Português, Matemática, Artes e uma língua estrangeira moderna. A Educação Física também é obrigatória, exceto nos cursos oferecidos no período noturno.

A LDB ainda prevê um mínimo de 800 horas distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar. Outras determinações relacionadas à organização do ensino na escola pertinentes à Educação Básica estão presentes na LDB e também demonstram bastante flexibilidade, tais como a classificação dos alunos, que pode ser realizada por promoção, transferência ou avaliação que afira seus conhecimentos e os aloque na etapa adequada do ensino, e a verificação do rendimento escolar, que poderá ser feita por diversas formas: avaliação contínua do aluno, aceleração de estudos, recuperação, aproveitamento de estudos concluídos e avanço mediante verificação do aprendizado.

As *Diretrizes Curriculares do Ensino Médio* traduzem as formulações gerais da LDB e foram estabelecidas pela Resolução nº 3, de 26/6/1998, da Câmara de Educação Básica do CNE. No seu artigo 3º são estabelecidos os princípios para prática administrativa e pedagógica na escola, segundo os quais a etapa final da Educação Básica deve se guiar. São eles: a estética da sensibilidade, a política da igualdade e a ética da identidade. O conteúdo dessas diretrizes foi assim explicitado:

- Estética da Sensibilidade – estímulo à criatividade e à afetividade, ao convívio com a diversidade e ao exercício de liberdade responsável;

-
- Política da Igualdade – estímulo ao reconhecimento dos direitos humanos, à participação na vida pública e ao combate à discriminação;
 - Ética da Identidade – estímulo à solidariedade, à responsabilidade à reciprocidade como orientadoras de sua prática social.

A resolução indica também que Identidade, Diversidade e Autonomia, Interdisciplinaridade e Contextualização sejam eixos estruturadores do currículo, rejeitando a fragmentação do currículo, que deve ser composto das seguintes áreas de conhecimento: Línguas, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Essas áreas do conhecimento são responsáveis por 75% da carga horária mínima que as escolas têm de cumprir, podendo o restante da carga horária ser preenchido com conteúdos definidos regionalmente, apontando para uma grande flexibilidade curricular.

1. Breve caracterização do estado de Minas Gerais

Minas Gerais é o maior estado em área da Região Sudeste, com população de 17.891.494 habitantes, representando 10,54% da população do país, distribuídos em seus 853 municípios⁴. Apresenta uma diversidade regional considerável.

Em 2000 a população residente em Minas Gerais era composta de 14.671.828 habitantes na área urbana e de 3.219.666 habitantes na zona rural. A população do estado está distribuída por uma área de 586.552,4 km², apresentando, portanto, densidade demográfica de 30,5 hab/km² e uma taxa de urbanização de 82%. A taxa média de crescimento da população no período 1991–2000 foi de 1,49% anual. A taxa de urbanização no mesmo período cresceu 9,53%, passando de 74,87% em 1991 para 82,4% em 2000⁵.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal apresentado por Minas Gerais era 0,773. Segundo a classificação do PNUD, o estado está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros estados do Brasil, Minas Gerais apresenta bom IDH, ocupando a 9ª posição no conjunto dos 27 estados da Federação: oito estados (29,6%) estão em situação melhor e 18 (70,4%) em situação pior ou igual⁶.

O período 1991–2000, segundo indicam os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD)⁷, representou crescimento de 10,9% do índice do IDH para o estado de Minas Gerais. As dimensões que mais contribuíram para esse crescimento foram a educação, com 43,4%, seguida pela longevidade, com 30,7%, e pela renda, com 25,9%. Se mantivesse essa taxa de crescimento do IDH-M, o estado levaria 7,4 anos para alcançar o Distrito Federal, a unidade federativa com o melhor IDH-M do Brasil (0,844).

Entre os indicadores sociais merece destaque o crescimento dos índices educacionais. Em relação ao nível de escolaridade da população, destaca-se que a população jovem apresenta, em 2000, taxa de 76% de freqüência à escola, o que representa aumento de 63% no período. A taxa de analfabetismo na população em 1991 era de 6,9%; em 2000,

4 – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

5 – Ibid., pág. X

6 – Ibid., pág. X

7 – O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil é um banco de dados eletrônico produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, baseado nos dados dos censos de 1991 e 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Oferece informações sobre o índice de desenvolvimento humano municipal – IDH-M e outros 124 indicadores. Encontra-se disponível em <http://www.undp.org.br>.

esta taxa apresenta significativa redução, passando para 1,8%. Na mesma faixa etária encontra-se no ano 2000: 9,7% dessa população com menos de 4 anos de estudo e 54,6% com menos de oito anos de estudo.

Em relação à renda, observa-se que houve crescimento de 42,8% no estado, no período entre 1991 e 2000 (R\$ 193,57 para R\$ 276,56). A pobreza, medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50 (metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000), diminuiu 31,21%, passando de 43,3% em 1991 para 29,8% em 2000. Contudo, a desigualdade cresceu no mesmo período, calculada segundo o índice *Gini*⁸.

Quadro 1: Porcentagem da renda apropriada por extratos da população (1991 e 2000).

	1991	2000
20% mais pobres	2,5	2,2
40% mais pobres	8	8
60% mais pobres	17,4	17,7
80% mais pobres	34,1	34,3
20% mais ricos	65,8	65,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003)

A reforma que agora se em estado de Minas Gerais não se restringe ao campo da educação. Trata-se de reforma da administração pública que tem por objetivo: desburocratizar, racionalizar gastos, monitorar as ações e os resultados das intervenções governamentais, denominadas Choque de Gestão⁹.

Na educação, logo de imediato, institui-se grupo de trabalho com o objetivo de analisar e apresentar propostas de reformulação da legislação anterior. Foram definidas como diretrizes essenciais da administração da educação pública a universalização e a melhoria da qualidade do Ensino Médio. A política educacional proposta por este governo para o período está descrita de forma sucinta em documento específico, denominado O Desafio da Qualidade.

8 – Índice Gini: Mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

9 – Reforma implantada na Administração Pública de Minas Gerais a partir de 2003, no atual governo de Aécio Neves.

As reformas apresentadas pela atual gestão têm sua urgência justificada pelo governo na necessidade de resgatar o protagonismo exercido por Minas Gerais no cenário da educação nacional da década passada (1990). Dessa forma, são implementadas medidas que impeçam o declínio do estado no quadro do desempenho geral dos alunos, como se observa em balanço realizado:

A despeito de ter feito avanços no setor educacional a partir da Constituição de 1988, principalmente no que diz respeito à inclusão das crianças na escola, o estado de Minas Gerais experimentou nos últimos anos uma queda significativa na qualidade do ensino público ofertado. Minas perdeu, por exemplo, o primeiro lugar histórico que mantinha em qualidade, caindo para a quarta posição nacional, segundo os dados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico referentes ao ano de 2001. Essa piora relativa se fez acompanhar de algo mais preocupante: o desempenho dos estudantes mineiros piorou em relação à sua própria performance de quatro anos antes. (MINAS GERAIS, 2003; 1)

Reverter esse quadro preocupante e garantir a qualidade do ensino ministrado aos seus 2.634.029 alunos matriculados (68,75% no Ensino Fundamental, 29,51% no Ensino Médio e os restantes na Educação Infantil) é a principal tarefa a que se propõe a Secretaria de Estado de Educação na atual gestão. Para tal, lançou conjunto de diretrizes e ações referentes à educação, estabelecendo como prioridade:

- manter as conquistas alcançadas em gestões anteriores;
- universalizar o Ensino Médio;
- ampliar a duração do Ensino Fundamental para nove anos;
- intensificar as ações voltadas para o atendimento de jovens e adultos, com ênfase na alfabetização e na formação para o trabalho;
- investir sobremaneira nas condições para elevação da qualidade da educação.

2. Política Educacional para o Ensino Médio em Minas Gerais

Para o Ensino Médio especificamente, a Secretaria da Educação de Minas Gerais propunha-se, no período de 2003 a 2006, a oferecer 70 mil novas vagas a cada ano de governo, alcançando os jovens entre 16 e 25 anos, que já haviam concluído o Ensino Fundamental e desejavam retornar à escola. As propostas para o Ensino Médio compreendiam ações cujo objetivo era elevar os níveis de aprendizagem, preparar os jovens para estudos posteriores e atender a necessidades regionais. Dentre estas se destacam: escolas em rede no Ensino Médio, escolas referência do Ensino Médio e preparação para o trabalho e protagonismo juvenil.

No que se refere especificamente ao Ensino Médio, no momento da pesquisa, a SEE/MG já contava com um convênio assinado com o MEC/Semtec em 18/12/01, convênio nº 150/2001, publicado no Diário Oficial em 21/12/01. Esse convênio compreendia algumas ações do Projeto de Investimento do MEC em Minas Gerais para implantação da reforma e melhoria e expansão da oferta do Ensino Médio. O Projeto de Investimentos apresentava o valor global de R\$ 94.511.349,94.

O Projeto de Investimentos (PI) de Minas Gerais compreendia ações que foram definidas a partir do Plano Estadual de Reforma e Expansão do Ensino Médio de Minas Gerais – PEM/MG. O PEM era o documento base que definia, a partir de diagnóstico da situação do Ensino Médio no estado, as políticas e as ações para essa etapa de ensino. Em função do recurso disponibilizado pelo MEC e da contrapartida do estado, algumas ações eram retiradas do PEM para compor o PI.

O valor do referido convênio é de R\$ 2.783.102,00: R\$ 1.448.672,00 a cargo do BID e R\$ 1.334.430,00 como contrapartida do estado de Minas Gerais.

O convênio com o MEC apresentava vários componentes, propostos pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (Promed/MEC), a saber: Fortalecimento institucional; Desenvolvimento curricular do Ensino Médio; Racionalização e expansão da rede escolar; Democratização da gestão escolar e Preparação para o trabalho e para o protagonismo juvenil.

Os subcomponentes do Fortalecimento Institucional previam a contratação de consultorias para apoiar a realização de seminários, provisão de passagens, hospedagem e apoio

logístico para participantes desses seminários, além de aquisição de equipamentos para o órgão central. Também previa a contratação de consultoria para elaboração de manual de orientações para implantação de grêmios estudantis.

O Desenvolvimento curricular do Ensino Médio apresentava como subcomponentes o fortalecimento dos ciclos de estudos, visando à implementação das DCNEM e PCNEM no currículo. Para tanto, previa confecção de material didático, compra de equipamentos e contratação de serviços de consultoria.

O componente Racionalização e expansão da rede escolar apresentava como subcomponentes o diagnóstico da rede escolar, a ser realizado pela consultoria, e a elaboração do diagnóstico da rede física escolar provisão de passagens para consultor-coordenador do diagnóstico da rede física escolar e contratação de pessoal técnico para realização de relatórios.

O componente Democratização da gestão escolar previa a produção de programas de vídeo sobre gestão nas escolas estaduais, contratação de consultoria para elaboração do roteiro para os programas de vídeo sobre gestão e produção de fitas de vídeo, impressão de cartilhas informativas sobre gestão escolar e contratação de consultoria para realização de pesquisa sobre o funcionamento dos colegiados escolares.

A SEE/MG vem executando ações do Projeto Escola Viva Comunidade Ativa, em 70 escolas da região metropolitana do município de Belo Horizonte, e o Projeto Escola Referência. Os projetos prevêem investimentos na ordem de R\$ 18 milhões, de recursos do Tesouro Estadual e da Quota Estadual do Salário Educação (QESE), uma vez que contemplam escolas que oferecem tanto o Ensino Médio como o Ensino Fundamental.

As ações do Promed contemplam preferencialmente as escolas de Ensino Médio que integram os projetos em desenvolvimento pela SEE/MG:

O Projeto Escolas Referência deverá abranger 220 escolas que ofereçam o Ensino Médio, em 109 municípios que tenham mais de 30 mil habitantes, totalizando 340 mil alunos e 15 mil professores. Está previsto no âmbito desse projeto, equipar as escolas com laboratórios de física e química, bibliotecas, equipamentos de informática. Serão capacitados, por meio do Programas Pro-Gestão e do Programa de Desenvolvimento Profissional (PDP), os diretores, vice-diretores e os professores das 220 escolas.

O Projeto de Desenvolvimento Pedagógico Institucional - PDPI prevê a identificação de pontos vulneráveis no trabalho pedagógico, planejando ações com a comunidade escolar em três etapas:

- Marco institucional – diagnóstico;
- Marco doutrinal – escolha de objetivos e reafirmação de valores;
- Marco operacional – planejamento, realização, acompanhamento e avaliação das ações.

As escolas serão escolhidas com base nos critérios: percentual de aprovação da comunidade educacional em participar do projeto; percentual de adesão dos professores ao projeto; indicação de outra escola associada, a qual deverá transferir benefícios e conhecimentos adquiridos; ter mais de mil alunos.

Uma ação da Secretaria, que se constitui em mais uma medida tomada em busca dos objetivos apontados pela atual gestão, é o projeto intitulado Preparação para o trabalho e para o protagonismo juvenil. Ele é apresentado como uma das ações da política educacional no atual plano do governo estadual de Minas Gerais, buscando o preparo dos jovens para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento de projetos de cunho cultural e esportivo, visando ao exercício do voluntariado e à prática da cidadania.

O Projeto Escola Jovem, parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), está sendo desenvolvido pela SEE/MG e tem como objetivos gerais apoiar a implementação das reformas curricular e estrutural e a expansão do atendimento no Ensino Médio, visando à melhoria de sua qualidade e à ampliação de seu grau de cobertura, como forma de garantir maior equidade social.

A proposta educacional para o Ensino Médio em Minas Gerais traduz-se no objetivo da universalização e da melhoria dessa etapa da Educação Básica. A Secretaria de Educação espera criar 210 mil vagas até 2007, atendendo jovens de até 25 anos que concluíram o Ensino Fundamental e não continuaram os estudos. Para tal fim, a SEE/MG está realizando cadastro de jovens de 16 até 25 anos que desejam retornar à escola. Além dos projetos específicos para o Ensino Médio, a SEE/MG conta com iniciativas em execução, algumas já mencionadas, que atingem esse grau de ensino. Tais medidas, até o momento da coleta de dados para a presente pesquisa, apresentavam o seguinte estágio de execução:

- Escola Referência – projeto piloto – em 3 escolas: Colégio Estadual Central e Instituto de Educação, em BH, e EE Plínio Ribeiro, em Montes Claros. Pretende-se ampliá-lo para outras 100 escolas do estado.

- Escola Viva Comunidade Ativa – tem por objetivo conter a violência nas escolas da rede, já implantado em 70 escolas da capital. Deveria ser estendido para mais 30 escolas.

- PDPI – Plano de Desenvolvimento Pedagógico Institucional. Em implantação nas três Escolas Referência, prevendo treinamento para as equipes de professores.

- Proposta curricular para o Ensino Médio, tendo por base as três áreas do PCNEM e DCNEM (em elaboração).

A Secretaria da Educação de Minas Gerais desenvolve ainda outras ações para melhoria do Ensino Médio, em âmbito estadual:

- Escolas em Rede – trata-se de projeto a ser lançado em 2004, pela SEE/MG, de capacitação a distância, via internet, para algumas escolas de Ensino Médio que já se encontram equipadas.

- Preparação para o Trabalho – projeto desenvolvido em convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes – Programa Primeiro Emprego. Trata-se de estágio supervisionado que visa a desenvolver o empreendedorismo nos jovens alunos do Ensino Médio.

- Elaboração de manual sobre grêmios estudantis.

- Organização de bibliotecas e videotecas em escolas.

- Treinamento sobre metodologia de projetos para equipes docentes das escolas de Ensino Médio.

3. A política educacional para o Ensino Médio Noturno no município de Belo Horizonte

O município de Belo Horizonte, capital mineira, está situado no centro de Minas Gerais. Com 111 anos de fundação, conta com população total de aproximadamente 2.238.526 habitantes; a média de crescimento populacional desse município na década de 90 foi de 1,19% anual¹⁰. Os habitantes da capital representam 12,5% da população do estado. O quadro abaixo demonstra a estrutura etária da população de Belo Horizonte.

Quadro 2: Estrutura etária da população de Belo Horizonte

	Estrutura etária, 1991 e 2000	
	1991	2000
Menos de 15 anos	604.383	543.521
De 15 a 64 anos	1.320.986	1.555.722
De 65 anos em diante	94.792	139.283

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

Entre os indicadores sociais, o de maior relevância nas análises de condições socioeconômicas de uma população tem sido o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é constituído de uma combinação de índices relativos a educação, longevidade e renda. A taxa de mortalidade infantil (até um ano de idade) em Belo Horizonte é de 27,3 para cada mil nascidos vivos; a esperança de vida ao nascer é de 70,5 anos e a taxa de fecundidade (número de filhos por mulher) é de 1,6. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Belo Horizonte é 0,839, segundo dados do PNUD em 2003, com base no ano de 2000. A renda per capita média foi de R\$ 557,40 em 2000, sendo a população de pobres da ordem de 14,2% no mesmo ano.

A taxa de desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 2003, era de 19,4%. O número de pessoas desocupadas, 224 mil, enquanto o número de ocupados chega a 1.945 mil trabalhadores¹¹.

10 – Todos os dados de caracterização dos municípios aqui apresentados são relativos ao ano de 2000 e foram extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. As demais informações, trazidas por outras fontes, estarão identificadas em notas de rodapé ao longo do texto.

11 – Dados referentes a novembro de 2003, retirados da página do IBGE (www.ibge.gov.br) - Pesquisa emprego e desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Quanto ao acesso a serviços básicos, a capital conta com boa infra-estrutura, dispondo seus domicílios de 98% de acesso a água encanada, 99,8% de acesso a energia elétrica e 98,4% de coleta de lixo.

Quanto aos indicadores educacionais, a capital mineira apresentava, em 2000, 86,8% da população entre 15 e 17 anos freqüentando a escola. A taxa de analfabetismo para a mesma faixa etária era de 0,9%. Dessa mesma população, 43,3% possuía menos de oito anos de estudo e 5,3% menos de quatro anos de estudo¹².

Belo Horizonte conta no poder executivo com a terceira gestão da coligação Frente BH popular, que congrega os partidos PT, PSB, PCB, PC do B, PPS, sendo seu atual prefeito o economista e professor Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores. Na atual gestão, a prefeitura realizou reforma administrativa que extinguiu algumas secretarias, congregando-as em grandes pastas (vulgarmente conhecidas como supersecretarias). A Secretaria de Educação, que tem à frente a professora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, passou a vincular-se à Secretaria de Política Social, sendo seu responsável, no ano de realização da pesquisa (2003), o médico Jorge Nahas.

A política educacional no município de Belo Horizonte

O município de Belo Horizonte atende um importante contingente de alunos do Ensino Médio e, apesar de não ter política específica para o Ensino Médio Noturno, a proposta de reforma educacional implantada no município a partir de 1994, denominada Programa Escola Plural, dedica especial atenção ao atendimento aos jovens que necessitam de estudar no turno da noite.

A Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte possui rede física de 182 escolas, agrupadas em nove regionais, que constituem a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. As escolas na referida rede são classificadas quanto ao seu tamanho, sendo grandes as que possuem mais de 17 salas, pequenas as que possuem menos de 12 e médias as demais.

12 – Quanto aos indicadores educacionais, concentramos as atenções nos dados relativos à população em idade regular para cursar o Ensino Médio.

A Rede Municipal de Belo Horizonte viveu um processo de reforma, a partir de 1994, denominado Projeto Político-Pedagógico Escola Plural. Tal programa foi efetivamente iniciado no conjunto das escolas municipais em Belo Horizonte no decorrer do ano de 1995. A princípio limitado aos primeiros anos do Ensino Fundamental, foi progressivamente ampliado aos anos finais e hoje atinge até o Ensino Médio, completando todas as etapas da Educação Básica.

O programa Escola Plural apresenta nova lógica temporal na organização escolar e propõe o ensino por ciclos de formação¹³. Compreende quatro ciclos: Primeiro ciclo – Infância, dos 6 aos 9 anos; Segundo ciclo – Pré-adolescência, dos 9 aos 12 anos; Terceiro ciclo – dos 12 aos 15 anos; Quarto ciclo – dos 15 aos 18 anos.

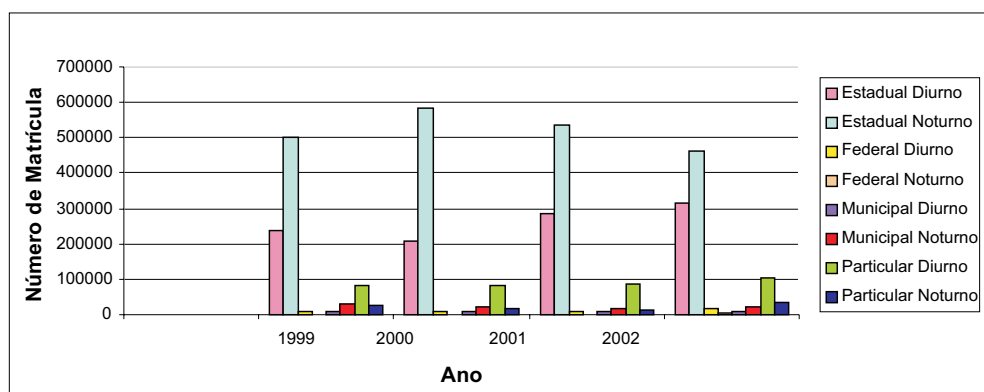
De acordo com a concepção da Escola Plural, a aprendizagem passa a ser o centro do processo educativo. Os alunos são enturmados por idade, ficando eliminada a seriação. A forma de organização escolar permite, nessa concepção plural, a formação contínua, sem interrupções ou repetências. Assim, a avaliação passa a não ser classificatória, mas contínua e processual, devendo ter função formativa no desenvolvimento do aluno.

A rede municipal de Belo Horizonte realiza eleições diretas para diretores desde 1989 e suas escolas contam com colegiados escolares, também eleitos diretamente, desde finais da década de 1980.

— ||| 13 – Cf.: BELO HORIZONTE (1995)

4. Estatísticas do Ensino Médio Noturno

Gráfico 1: Matrícula Efetiva, Diurno e Noturno, segundo o Ano e a Rede de Ensino – Minas Gerais



Fonte: SEE-MG/AS/SPL/DPRO. Dados do censo escolar 2002

Pela análise dos dados do gráfico, pode-se concluir que ocorreu decréscimo de matrículas no Ensino Médio Noturno na rede estadual, de 2000 para 2002, e acréscimo de matrículas nos horários diurnos na mesma rede. São dados que indicam características específicas e que demandam políticas adequadas, dado o grande contingente de matrículas nessa etapa da Educação Básica.

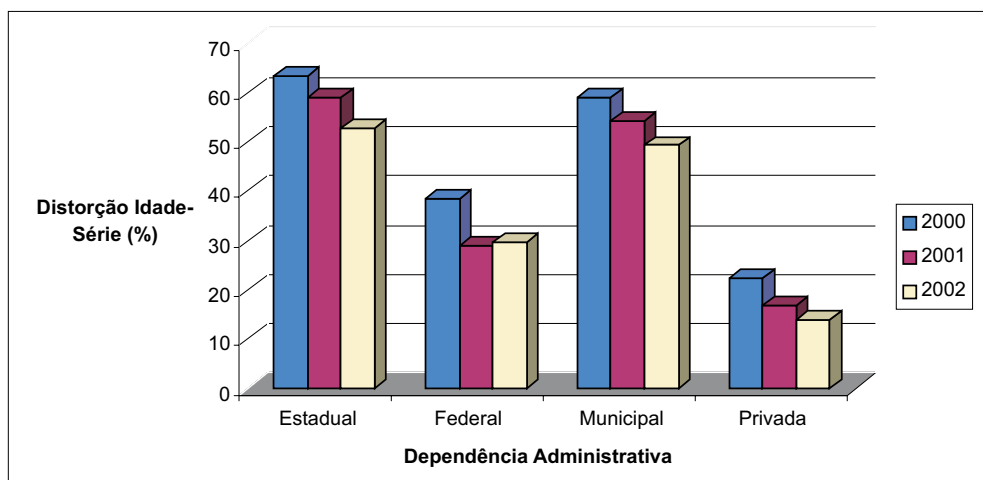
Quadro 3: Taxa de Matrícula Bruta e Líquida no Ensino Médio 2002 – Minas Gerais

População de 15 a 17 anos	Matrículas de 15 a 17 anos	Total das Matrículas	Taxa de Matrículas	
			Líquida	Bruta
1.101.969	459.583	912.413	41,7	82,2

Fonte: SEE-MG/AS/SPL/DPRO

A taxa bruta no Ensino Médio, em Minas Gerais, em 2002, indica que há ainda muitos alunos acima da faixa etária adequada. A taxa líquida indica o quanto o estado está longe de a universalização atender toda a população de 15 a 17 anos, embora sejam dados de 2002.

Gráfico 2: Distorção Idade-Série no Ensino Médio – Minas Gerais



Fonte: MEC/Inep

Pela análise do gráfico, observa-se relativa queda nos índices de distorção idade-série nas redes estadual, municipal e particular, no período de 2000 a 2002, no Ensino Médio em Minas Gerais. Nas redes pública, estadual e municipal, esse fato pode ser explicado pela política do Cadastro Escolar Unificado, adotado pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte (SMED) e pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) (Resolução conjunta SMED e SEE/MG nº 3/2003), procurando garantir a vaga no Ensino Médio para todos os alunos concluintes do Ensino Fundamental nas duas redes. A distorção idade-série é maior no Ensino Médio Noturno, pois o critério de idade é utilizado sendo os alunos dentro da faixa etária adequada à série são encaminhados para os turnos diurnos e os alunos fora da faixa etária, encaminhados para o Ensino Médio Noturno.

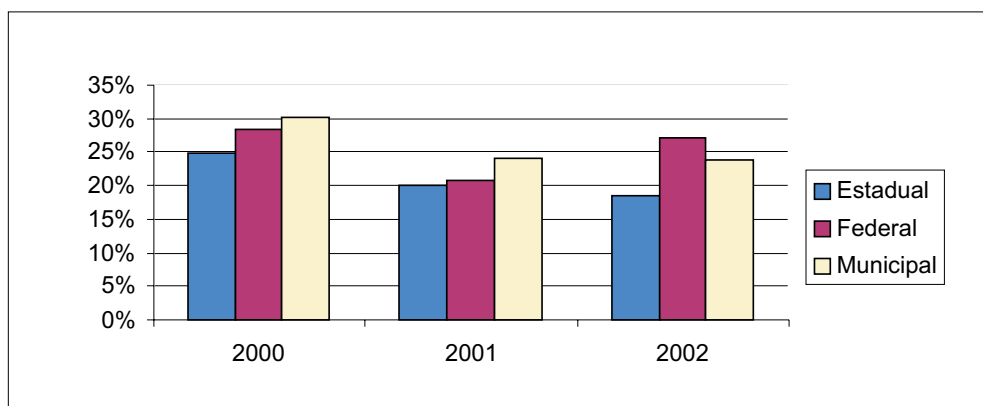
Quadro 4: Taxa de rendimento escolar no Ensino Médio Noturno na rede pública de Minas Gerais – 2000/2002

Rede	2000			2001			2002		
	Evasão	Aprovação	Reprovação	Evasão	Aprovação	Reprovação	Evasão	Aprovação	Reprovação
Estadual	22,8	71	6,2	22,1	78,7	5,2	21,7	70,6	7,7
Federal	13,2	73,2	13,6	12,8	74,1	13,1	14,5	72,8	12,7
Municipal	12,2	86,7	1,1	12,1	87,1	0,8	13,3	85,2	1,5

Fonte: SEE-MG/SA/SPL/CPRO/Dados do censo escolar.

A análise da taxa de rendimento escolar compreendendo dados de evasão, aprovação e reprovação na rede pública em Minas Gerais, no período 2000 a 2002, indica que os índices de evasão escolar são muito altos na rede estadual, com ligeiro decréscimo de cerca de 1% no período. Os índices de aprovação na rede municipal, notadamente melhores que nas outras redes, pode ser explicado pela política educacional do programa Escola Plural, que prevê a avaliação processual sem retenção de alunos.

Gráfico 3: Taxa de conclusão no Ensino Médio Noturno – rede pública Minas Gerais



Fonte: SEE/SA/SPL/DPRO. Dados do Censo Escolar

O Ensino Médio Noturno na rede pública estadual de Minas Gerais e na rede municipal de Belo Horizonte apresenta queda de índice na taxa de conclusão, de 2000 para 2002. Esse decréscimo está relacionado aos fatores freqüência, aproveitamento escolar e evasão, se considerada a fórmula de cálculo do indicador educacional taxa de conclusão¹⁴. Dessa forma justifica-se uma política específica das redes públicas ao Ensino Médio Noturno, no sentido de trabalhar a qualidade do atendimento, tendo em vista a redução de tais fatores.

14 – Taxa de conclusão conforme Dicionário dos Indicadores Educacionais. Fórmula de Cálculo da Coordenação de Sistemas Integrados de Informações Educacionais – MEC/Inep. Brasília, fev/2004.

Quadro 5: Número de docentes por nível de formação e nível/modalidade de atuação rede estadual e municipal de ensino de Minas Gerais – 2002

Etapa/Modalidade de ensino em que atua	Nível de Formação Docente			
	Ensino Médio		Ensino Superior	
	Rede municipal	Rede estadual	Rede municipal	Rede estadual
Creche	1.986	1	280	1
Pré-escolar	11.816	646	4.794	763
Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries	36.562	16.929	18.417	15.127
Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries	4.742	8.769	19.959	48.921
Ensino Médio	36	2.160	1.464	33.938
Educação Especial	215	636	216	1.108
Educação de Jovens e Adultos	1.266	228	1.426	1.441
Educação Profissional	48	13	261	126

Fonte: SEE-MG/SA/SPL/CPRO Dados do censo escolar de 2002

O quadro que apresenta dados de 2002 sobre a formação docente dos professores que atuam na rede estadual de ensino de Minas Gerais e na rede municipal de ensino indica percentual de 6% (2.162 professores) não habilitados, em exercício no Ensino Médio na rede estadual. Trata-se de percentual elevado e pode ser explicado pelo fato de que nesta rede há professores designados (contratados temporários). Geralmente são professores que estão concluindo a graduação plena e trabalham em cargos vagos ou em substituição aos efetivos, em situação provisória. Na rede municipal de ensino não há professores contratados e registra-se percentual insignificante de professores não habilitados, atuando no Ensino Médio.

5. Análise da Política Educacional para o Ensino Médio Noturno

A Secretaria de Educação embora reconheça a especificidade do Ensino Médio Noturno, assume não ter para ele proposta política exclusiva. Declara que o Ensino Médio Noturno está contemplado nas propostas educacionais do Ensino Médio como um todo, para o período 2003/2006. Reconhece que a concentração de matrículas ocorre no turno da noite, freqüentado por jovens trabalhadores, e que há divergência nas condições de organização escolar do Ensino Médio Noturno em relação ao diurno, tais como: menor carga horária escolar no noturno, cansaço de professores e alunos por estarem vindo de outros turnos de trabalho, pouco tempo dos alunos para se dedicar a tarefas de pesquisa e estudos fora do horário escolar, como também ausência de funcionamento de serviços de apoio pedagógico, como biblioteca escolar e laboratórios no turno da noite, em muitas escolas.

Com o objetivo de expansão das oportunidades educacionais e a elevação dos níveis de aprendizagem dos alunos do Ensino Médio, procurando atender ao previsto na Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a SEE/MG tem desenvolvido ações com foco na qualificação básica para o trabalho, na preparação para estudos posteriores e no atendimento das necessidades especiais.

As condições variadas e discrepantes existentes entre os 853 municípios de Minas Gerais, aliadas à concentração de matrículas no turno da noite freqüentado por jovens já trabalhadores ou à procura de trabalho, recomendam a organização, segundo a SEE/MG, de novas alternativas de atendimento ao Ensino Médio Noturno. Dessa forma, vem implementando ações e fomentando iniciativas, tais como o desenvolvimento de projetos que permitam aos jovens mais envolvimento e integração com as comunidades escolares. Pode ser citado o Projeto Escola Viva Comunidade Ativa, que prevê: a abertura das escolas aos finais de semana para a realização de oficinas onde são produzidos trabalhos artesanais, eventos artísticos, culturais e esportivos, com a participação das comunidades e dos jovens alunos; o incentivo à implementação de grêmios estudantis e a participação dos jovens do Ensino Médio Noturno nos Colegiados Escolares. Constitui outro exemplo o fornecimento de livros didáticos para todos os alunos do Ensino Médio nos conteúdos curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. A expansão do atendimento com garantia de vaga para todos os alunos concluintes do Ensino Fundamental figura entre as ações desenvolvidas no estado, o que significa ampliação da matrícula no Ensino Médio Noturno, uma vez que,

segundo informação da Diretoria de Processamento de Dados da SEE/MG, concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental nas redes públicas estaduais 274.730 alunos e na rede municipal, 95.563 alunos, em 2003, e esses alunos não poderiam ser atendidos exclusivamente nos turnos diurnos, quando as escolas atendem prioritariamente o Ensino Fundamental.

A legislação em vigor no estado para o Ensino Médio é a Resolução nº 521/2004 da SEE/MG, que estabelece para o Ensino Médio o regime escolar seriado e a avaliação do rendimento escolar com a progressão parcial em até dois conteúdos curriculares. Prevê a referida Resolução o oferecimento de amplas oportunidades de aprendizagem aos alunos, por meio de estudos orientados presenciais e estudos independentes, com o propósito de sanar dificuldades de aprendizagem. No estado de Minas Gerais, o Ensino Médio Noturno está contemplado nesta resolução.

Outra medida importante empreendida pela SEE/MG em relação ao Ensino Médio Noturno refere-se a convênios e parcerias com as universidades, para formação continuada de professores. Dessa forma, são indicados um ou dois professores por escola, que deverão repassar aos colegas o que foi aprendido. Entretanto essa proposta encontra muitas vezes limitações para concretização, devido às condições de trabalho dos professores (sobrecarga, falta de horários em sua jornada de trabalho destinados à formação continuada). Assim, os professores que freqüentam esses cursos, chamados de multiplicadores de conhecimento, não têm encontrado horário na carga horária normal de trabalho para o repasse de informações.

revelações da pesquisa

revelações da pesquisa

revelações da pesquisa

Ao observar as características e as principais evidências do Ensino Médio Noturno, em Minas Gerais, com a finalidade de identificar as razões que levaram a experiências bem-sucedidas nas escolas analisadas, as manifestações dos seus alunos e dos profissionais revelaram-se significativas para conhecer a organização e o funcionamento do Ensino Médio Noturno, suas especificidades e demandas. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: questionários respondidos por professores, diretores, alunos, responsáveis pelo Ensino Médio Noturno; visitas realizadas para observação *in loco* nas escolas selecionadas para amostra; entrevistas com a direção da escola e levantamento de dados nas Secretarias de Educação.

Em Minas Gerais, dez escolas integraram a amostra, sendo seis selecionadas pelo Índice de Qualidade (IQ) e quatro situadas no interior do estado indicadas pela Secretaria de Estado da Educação, por realizarem trabalho escolar considerado de qualidade. Para melhor compreensão e análise da realidade das dez escolas públicas observadas em Minas Gerais, foi realizado um agrupamento, a partir de aspectos em que demonstram semelhanças e diferenças, sendo: critério para compor a amostra, rede escolar a que pertencem – estadual ou municipal; localização geográfica – capital e interior. As escolas foram separadas em três agrupamentos, o que permitiu análise mais detalhada das suas características de organização e funcionamento.

Quadro 6: Agrupamento das escolas

Grupo I	Grupo II	Grupo III
Escolas Municipais de Belo Horizonte:	Escolas Estaduais da Região Metropolitana de Belo Horizonte:	Escolas Estaduais do interior de Minas Gerais:
Escola 1	Escola 4	Escola 7
Escola 2	Escola 5	Escola 8
Escola 3	Escola 6	Escola 9
		Escola 10

Grupo I: As escolas municipais de Belo Horizonte

O primeiro grupo é composto por três escolas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, localizadas em bairros populares, tendo sido todas selecionadas pelo Índice de Qualidade (IQ). São escolas que possuem boas instalações físicas, seus prédios são relativamente novos, em áreas espaçosas. São bem equipadas, apresentam sala

ambientes, quadra poliesportiva, auditório, laboratório, refeitório, biblioteca com bom acervo, pátio coberto. Todos os seus professores são efetivos e habilitados. A direção da escola é eleita pela comunidade escolar.

A matrícula total nas escolas desse agrupamento é a seguinte:

Escola 1: 1.772 alunos, sendo 330 do Ensino Médio Noturno.

Escola 2: 1.397 alunos, sendo 71 do Ensino Médio Noturno.

Escola 3: 1.494 alunos, sendo 499 do Ensino Médio Noturno.

A média de idade é 18 anos no Ensino Médio Noturno.

As três escolas adotam proposta de educação mais participativa e interdisciplinar – a Proposta Escola Plural – projeto político pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. A avaliação é processual, não ocorrendo retenção escolar. As escolas municipais desse agrupamento atendem os alunos do Ensino Médio Noturno com fornecimento de merenda, considerando o fato de 54% dos seus alunos trabalharem e muitos deles, ao fim da jornada diária, irem direto para a escola. A merenda é fornecida aos alunos do Ensino Médio Noturno, em virtude da otimização dos recursos recebidos para tal fim no Ensino Fundamental.

As escolas realizam atividades pedagógicas, procurando manter a frequência e evitar a retenção escolar. Às sextas-feiras são realizadas oficinas pedagógicas, com o objetivo de promover a integração dos alunos e aumentar a participação nas atividades pedagógicas. São ações que objetivam atrair a atenção, valorizar os talentos, obter a participação da comunidade, valorizar a cultura juvenil e enriquecer o trabalho pedagógico.

Grupo II – Escolas estaduais da Região Metropolitana de Belo Horizonte

O segundo grupo é formado pelas escolas estaduais localizadas na região metropolitana de Belo Horizonte, indicadas para compor a amostra pelo Índice de Qualidade (IQ). Possuem grande número de alunos matriculados:

Escola 4: 3.698, sendo 1.238 do Ensino Médio Noturno.

Escola 5: 1.626, sendo 526 do Ensino Médio Noturno.

Escola 6: 1.581, sendo 604 do Ensino Médio Noturno.

A média de idade no Ensino Médio Noturno é 17 anos.

Suas características físicas e organizacionais são inteiramente distintas das do primeiro grupo: funcionam em prédios pequenos que necessitam de reparos, com instalações físicas mais precárias, e possuem recursos didáticos mais escassos.

Nesse grupo observa-se número maior de alunos por sala e a frequência no Ensino Médio Noturno é boa, estando as salas sempre cheias. Os diretores são eleitos pela comunidade escolar e os professores são todos habilitados.

As condições de trabalho docente não são adequadas, uma vez que os professores não têm em sua jornada de trabalho horas, além da regência, para reuniões pedagógicas e atendimento aos alunos nas atividades de recuperação da aprendizagem. Essa situação acarreta mais desgaste ao professor, pois a maior parte dos docentes do noturno possui outras jornadas de trabalho, sempre com elevado número de alunos. O quadro de professores é composto de efetivos e contratados temporários (cerca de 41%), que têm situação de emprego bastante precária.

Nas escolas desse agrupamento pode-se observar o caráter preparatório do Ensino Médio, com ênfase no desempenho acadêmico e na transmissão de conteúdos, o que pode ser reforçado pelos próprios alunos em suas respostas aos questionários, quanto à expectativa para prosseguimento de estudos.

Outra característica desse grupo de escolas refere-se à organização dos trabalhos pedagógicos e administrativos, com rigoroso controle dos procedimentos escolares.

Grupo III – Escolas estaduais do interior de Minas Gerais

As quatro escolas situadas no interior do estado que integram esse agrupamento foram indicadas para compor a pesquisa pela Secretaria Estadual de Educação, por realizarem, em sua avaliação, iniciativas que têm contribuído para melhoria da qualidade do Ensino Médio Noturno.

A matrícula total nas escolas é a seguinte:

Escola 7: 1.139, sendo 298 no Ensino Médio Noturno.

Escola 8: 966, sendo 231 no Ensino Médio Noturno.

Escola 9: 2.148, sendo 453 no Ensino Médio Noturno.

Escola 10: 790, sendo 213 no Ensino Médio Noturno.

A média de idade é 19 anos no Ensino Médio Noturno.

Os diretores também são eleitos pela comunidade escolar e devem ter sido professores. Apenas oito professores da Escola 10 não são ainda habilitados com licenciatura plena e lecionam em prédio anexo, localizado na zona rural, no município de Carangola, contudo já estão cursando faculdade. Quanto à infra-estrutura física, as condições gerais dos prédios escolares, dos equipamentos e dos mobiliários são precárias, pois não foram projetadas para atender o Ensino Médio, sofrendo adaptações para esse fim. As quatro escolas desse grupo apresentam elevado índice de alunos trabalhadores (68%) que vêm direto do trabalho, e a direção dessas escolas se empenha em fornecer-lhes merenda escolar, ao início do turno.

O que se destaca nessas escolas e deve ser ressaltado como experiência bem-sucedida é a programação curricular do Ensino Médio Noturno, que envolve a realização de projetos didáticos especiais. São projetos que podem ser considerados bem-sucedidos no âmbito do Ensino Médio Noturno, pois os resultados indicam ter conseguido evitar a evasão dos alunos, bem como melhorar a qualidade do ensino. Esses projetos envolvem atividades esportivas, dança e música, feiras científicas e culturais, prevendo a interdisciplinaridade e a contextualização.

Os diretores das escolas que integram esse agrupamento exercem importante papel de liderança na comunidade escolar, desenvolvendo parcerias com empresas, comércio e órgãos públicos municipais, com o objetivo de suprir as carências da gestão escolar em relação aos recursos financeiros e humanos, bem como a espaços e instalações.

Nesse grupo observa-se melhor entrosamento e integração das equipes docentes e discentes e entre estas e a direção das escolas.

1. As escolas do Ensino Médio Noturno: rede física, equipamentos e instalações.

O agrupamento das escolas apresenta características distintas em relação a prédios, equipamentos e instalações. As três escolas da rede municipal de ensino funcionam em prédios novos, possuem instalações amplas, pátios e quadras poliesportivas, área de hortas e jardins, laboratórios, auditórios, área coberta, bibliotecas com bom acervo, além das salas de aulas bem equipadas, suficientes à demanda de alunos. Os equipamentos audiovisuais,

tais como retroprojetores, vídeos, televisores e os de informática (micros, impressoras e outros) se apresentam em bom estado de conservação e em quantidade suficiente, sendo utilizados pelas equipes de professores e alunos do Ensino Médio Noturno.

Quanto às instalações físicas, à exceção da escola estadual 4, em Contagem, que funciona em prédio cedido pela Ordem Religiosa Salesiana, as escolas estaduais do Grupo 2 – Região Metropolitana de Belo Horizonte – apresentam situações precárias. Os prédios são antigos, necessitam de reformas, o mobiliário das salas de aula apresenta sinais de desgaste pelo uso intenso, devido ao elevado número de alunos. Os equipamentos audiovisuais e os de informática existem, mas em menor quantidade. Apenas aqueles são disponibilizados para o curso noturno, pois os computadores, de modo geral, não são utilizados pelos alunos, devido a falta de manutenção dos sistemas e por questões de segurança, porque, para evitar roubo, os equipamentos ficam trancados em uma sala especial.

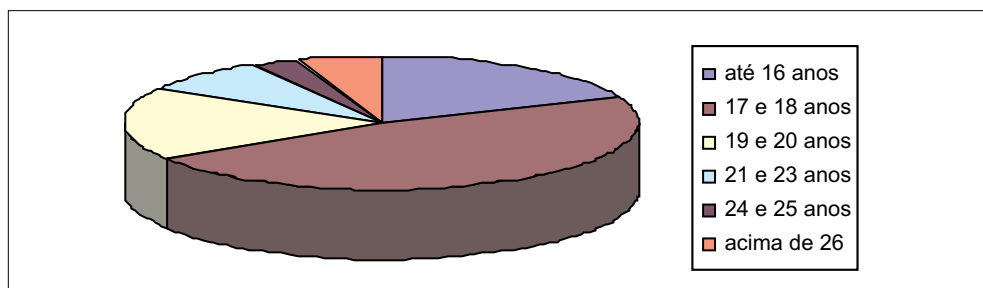
O terceiro agrupamento, constituído por quatro escolas situadas em cidades do interior do estado, apresenta características específicas em relação à rede física e de equipamentos. Destas, duas são escolas que foram antigos Colégios Polivalentes, construídos na década de 70, com recursos financeiros internacionais.

Os prédios são amplos, dispõem de áreas externas para hortas e jardins, campos e quadras. Entretanto, por falta de manutenção, as condições das instalações físicas estão precárias. As duas escolas restantes estão instaladas em prédios adaptados para o Ensino Médio, pois foram criadas para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Os recursos audiovisuais e os equipamentos de informática são escassos, mas utilizados por alunos e professores do Ensino Médio Noturno.

2. Os alunos do Ensino Médio Noturno

Com exceção da Escola estadual 6, as demais integrantes da pesquisa atendem alunos do Ensino Fundamental nos turnos diurnos. O Ensino Médio é oferecido pela manhã e à noite, com maior representatividade de alunos no noturno. São escolas cuja matrícula varia entre 790 a 3.698 alunos, à época da pesquisa. O Ensino Médio Noturno, com 5.492 alunos, representa 36% da matrícula total das escolas. Responderam o questionário 1.190 alunos, representando uma amostra de 21,6%. Desses alunos, 571 trabalham (48%). Entre os que não trabalham, foi elevado o quantitativo de alunos que declarou em suas respostas estar à procura de trabalho, conforme o Gráfico 5 – Relação com o mercado de trabalho em números, a seguir. Essa característica do Ensino Médio Noturno indica tratar-se de etapa educacional específica. Os alunos do Ensino Médio Noturno possuem faixa etária entre 16 e 26 anos, sendo pouco representativo o número de alunos além dessa faixa. A defasagem idade-série é elevada, conforme demonstra o gráfico abaixo, sendo maior nas escolas do interior do estado (Grupo III). No cadastro escolar, realizado em Belo Horizonte pelas redes públicas estadual e municipal, o critério de idade é utilizado para distribuir a matrícula, sendo os alunos mais velhos encaminhados ao turno noturno.

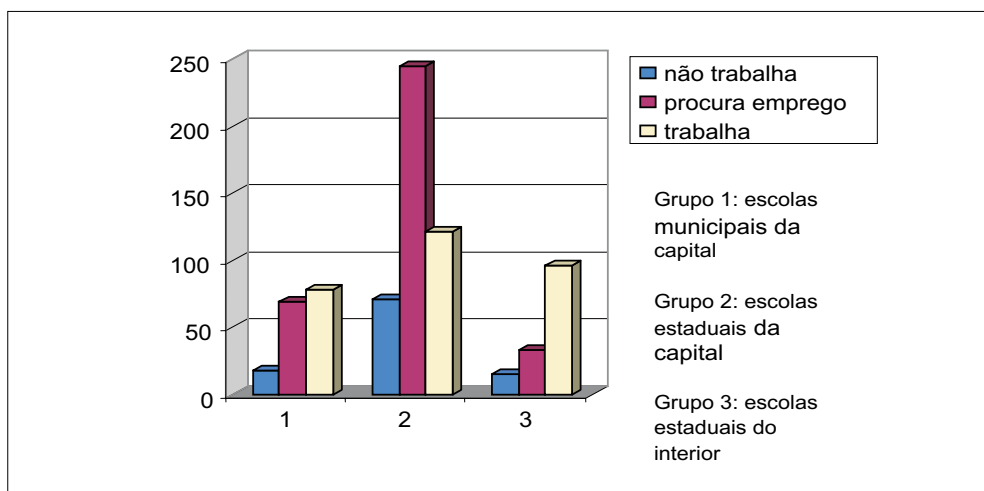
Gráfico 4: Perfil etário dos alunos das dez escolas



Fonte: Pesquisa Ensino Médio Noturno/2003

Muitos alunos do Ensino Médio Noturno chegam cansados à escola e o atraso para o início das aulas é situação comum. Algumas escolas procuram fornecer merenda escolar aos alunos que vêm direto do trabalho, mesmo sem os recursos financeiros para este fim, e procuram apresentar propostas diferenciadas de trabalho pedagógico no Ensino Médio Noturno, com o intuito de tornar o ensino mais atraente e evitar a infrequência e a evasão escolar.

Gráfico 5: Relação com o mercado de trabalho em números



Fonte: Pesquisa Ensino Médio Noturno/2003

De 746 respostas à pergunta do questionário: “Você trabalha?” 295 alunos responderam afirmativamente e 347 declararam estar à procura de trabalho (46% do total de respostas). No Grupo II – escolas da capital – é mais elevado o percentual de alunos à procura de trabalho (56%). A opção por parte dos alunos pelo turno da noite não pode ser explicada só pela condição socioeconômica dos mesmos, mas é inegável a importância que tal fator tem nessa decisão. Muitos alunos do noturno trabalham, outros tantos desejariam estar trabalhando e outros ainda contribuem em tarefas domésticas, exigindo medidas específicas por parte da direção das escolas para atender às necessidades desses alunos, com o objetivo de reduzir a infrequência e a evasão escolar.

Dos alunos pesquisados, 46,5% afirmam que possuem expectativa de cursar a universidade, sendo mais significativo o percentual apresentado pelas escolas estaduais do Grupo II (68,6%). Nesse agrupamento a distorção idade-série é menor que nos outros grupos, tendo sido registradas experiências que revelam uma cultura mais voltada ao ensino propedêutico e acadêmico, por parte da comunidade escolar. O índice de alunos que trabalham é menor que nos outros grupos. Outro dado importante a ser considerado é que essas três escolas apresentam número elevado de matrículas no Ensino Médio Noturno, com frequência satisfatória (salas sempre cheias).

Em relação às razões para escolha das escolas, a qualidade do ensino oferecido e a proximidade das residências foram as mais apontadas, com prevalência de escolha pela qualidade, no Grupo II (75%).

Quadro 7: Alunos trabalhadores e suas expectativas com os estudos por agrupamento de escolas

Escolas pesquisadas	Questionários respondidos (alunos) (n°)	Expectativas de cursar universidade (%)	Alunos que trabalham (%)	Alunos que não trabalham (%)	Razões para escolha da escola pelos alunos	
					Qualidade (%)	Outras (%)
GRUPO I – ESCOLAS MUNICIPAIS						
EM 1	63	43	56	44	33	67
EM 3	60	37	70	30	53	47
EM 2	156	46	47	53	33	67
GRUPO II – ESCOLAS ESTADUAIS DA CAPITAL E GRANDE BH						
EE 4	205	72	32	68	80	20
EE 5	201	62	39	61	69	31
EE 6	211	72	39	61	77	23
GRUPO III – ESCOLAS ESTADUAIS DO INTERIOR DO ESTADO						
EE 7	84	40	74	26	60	40
EE 8	64	28	72	28	36	64
EE 9	72	33	60	40	11	89
EE 10	74	32	82	18	55	45

Fonte: Pesquisa Ensino Médio Noturno/2003

3. Os professores do Ensino Médio Noturno

Os 234 professores das dez escolas pesquisadas declaram em suas respostas ao questionário que lecionam em outras escolas ou exercem outras funções remuneradas. A média da renda familiar mensal, que varia entre 6 e 10 salários mínimos, não permite acesso a bens culturais importantes, tais como internet, assinatura de jornais e revistas especializadas, frequência a teatros, museus, eventos culturais e acadêmicos, uma necessidade da profissão. Outro dado representativo da situação de trabalho dos professores refere-se às poucas oportunidades de desenvolvimento profissional por parte das Secretarias de Educação, principalmente na rede estadual de ensino. Esses docentes participam de outras atividades além de ensinar, alguns declaram sua participação nos Conselhos Escolares ou Colegiados.

A idade desses docentes varia entre 24 e 55 anos e, dos 234 professores, 62% são mulheres. Em relação à situação funcional ocorre distinção entre as duas redes. Na rede municipal de Belo Horizonte, todos os professores são efetivos, admitindo-se professores em regime de dobra de turno, para a situação de vacância de cargo. No quantitativo de professores ocorre a fração de 1,5 professor por turma. Os professores têm, dessa forma, horário em sua jornada de trabalho para atividades pedagógicas além das horas de regência. Em todos os turnos, as escolas da rede municipal contam com o trabalho de coordenação pedagógica, que acompanha os professores em suas ações. Os professores do Ensino Médio Noturno se reúnem semanalmente para planejar e avaliar o trabalho escolar.

Na rede estadual, é grande o percentual de professores designados, contratados em caráter temporário, em situação de grande precariedade (48%). Os designados têm menores salários, não há garantia de permanência no cargo e não gozam de todos os direitos sociais que seus colegas efetivos.

Quadro 8: Professores efetivos e contratados/designados por agrupamento de escolas

Escolas	Nº de Professores Efetivos	Nº de Professores Temporários ou Designados	Efetivos + Designados	Questionários Respondidos	
				Nº	%
GRUPO I – ESCOLAS MUNICIPAIS					
EM 1	22	0	22	12	55
EM 2	20	0	20	10	50
EM 3	11	0	11	5	45
Soma	53	0	53	27	
GRUPO II – ESCOLAS ESTADUAIS DA CAPITAL E GRANDE BELO HORIZONTE					
EE 4	30	16	46	17	37
EE 5	13	13	26	8	31
EE 6	20	15	35	8	21
Soma	63	44	107	33	
GRUPO III – ESCOLAS ESTADUAIS DO INTERIOR DO ESTADO					
EE 7	8	3	11	11	100
EE 8	4	14	18	8	44
EE 9	8	10	18	12	67
EE 10	12	15	27	17	63
Soma	32	42	74	48	
TOTAL	148	86	234	108	

Fonte: Pesquisa Ensino Médio Noturno/2003

Na rede estadual, um cargo completo compõe-se de 18 aulas semanais e o professor não tem em sua jornada de trabalho horas disponíveis para outras atividades, como reuniões pedagógicas e atendimento aos alunos. As turmas são compostas de 40 alunos no Ensino Médio, no mínimo, critério definido pela Secretaria de Educação de Minas Gerais. Os professores das escolas integrantes do Grupo I e do Grupo II são todos habilitados, possuem licenciatura plena para o exercício da docência. Do total de professores, apenas 8, pertencentes às escolas do Grupo III, ainda não completaram a graduação para o magistério, em nível de licenciatura plena.

4. Diretores e responsáveis pelo Ensino Médio Noturno

Em Minas Gerais, nas redes públicas de ensino estadual e municipal de Belo Horizonte, os diretores são eleitos pela comunidade educacional e as escolas têm colegiados escolares, embora essa situação não represente que a democratização da gestão esteja alcançada e que ocorra distribuição de poder no interior das escolas.

Neste estudo constatou-se que as responsabilidades dos diretores em relação às questões administrativas e financeiras são ampliadas. Na rede estadual, as atividades de administração de pessoal demandam tempo dos diretores das escolas e questões de administração financeira, execução orçamentária e contábil, definições de prioridade de gastos e prestações de contas absorvem o diretor, em prejuízo das atividades pedagógicas.

A direção das escolas é composta por um diretor e vice-diretores que dividem atribuições e responsabilidades. Na rede municipal de ensino, foi possível observar melhor integração entre diretor e vices, que assumem posição mais representativa na tomada de decisões.

A responsabilidade pela escola no período noturno é exercida por um vice-diretor, em colaboração com as equipes pedagógicas e administrativas. Esse profissional realiza reuniões com os professores para repassar orientações; atende a comunidade escolar e os representantes do sistema de ensino; monitora os espaços escolares disponíveis para alunos e professores; toma decisões sobre antecipações de horários de aulas, situação comum em virtude de falta de professores; fornece material e subsídios para realização de atividades pedagógicas e resolve questões disciplinares. Enfim, a organização e o funcionamento da escola está sob sua responsabilidade, sendo suas decisões respaldadas nos regimentos escolares.

5. Gestão escolar, relações internas e da escola com o sistema e com a comunidade escolar

As escolas que integram a pesquisa possuem, com exceção da Escola 4, diretores eleitos pela comunidade escolar, sendo responsável pelo Ensino Médio Noturno um dos vice-diretores. Todas as escolas apresentaram Regimento Escolar e Proposta Pedagógica. A orientação pedagógica aos professores é exercida nas escolas estaduais pelos especialistas de educação (pedagogos) ou pela direção e vice-direção. Nas escolas da rede municipal de ensino, esse trabalho é mais presente, com reuniões para planejar e discutir os procedimentos didáticos, a avaliação e os projetos pedagógicos, pois há uma equipe pedagógica específica do Ensino Médio Noturno. Na rede estadual de ensino, as atividades são mais esparsas e, muitas vezes, o coordenador pedagógico do Ensino Médio Noturno, como em outros turnos, se vê na contingência de exercer outras atribuições ligadas a questões administrativas, disciplinares e até regência de aula, em substituição aos professores ausentes. No Ensino Médio Noturno, as ações voltadas a um trabalho coletivo e interdisciplinar e as ações de recuperação e reforço da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais ficam na dependência de condições infra-estruturais e de organização do trabalho docente e nem sempre são realizadas.

Os diretores das escolas comparecem ao turno noturno pelo menos uma vez por semana e procuram trabalhar de forma integrada com a vice-direção. As escolas das duas redes de ensino são semelhantes em relação ao funcionamento do Ensino Médio Noturno, no que diz respeito a organização curricular, conteúdos disciplinares e distribuição das aulas. Na rede municipal, o ensino é organizado em ciclos, e a proposta pedagógica Escola Plural não enfatiza a avaliação classificatória, mas a contínua e processual, evitando a retenção do aluno. O planejamento pedagógico tem foco na formação integral do aluno, segundo relato das equipes pedagógicas. Na rede estadual, o desempenho escolar é mensurado por meio de notas, ocorrem alguns casos de retenção, após atividades de recuperação da aprendizagem, durante as próprias aulas ou ao final do ano letivo.

As relações internas na escola são referenciadas nos parâmetros da legislação que estabelecem a forma organizacional. Isso significa que há hierarquia, os papéis e as funções são conhecidos e assumidos.

A despeito de se declararem insatisfeitos com o sistema, devido ao sentimento de falta de reconhecimento e por questões salariais, que os condicionam a duas ou três jornadas

diárias de trabalho, os professores das escolas demonstraram gostar do ambiente de trabalho, no turno noturno. Na sala dos professores há entrosamento, troca de informações e experiência de trabalho.

As relações com os alunos são bem respeitadas, e, de modo geral, os alunos do Ensino Médio Noturno não apresentaram problemas disciplinares.

A liderança dos diretores, o envolvimento deles em todos os aspectos do funcionamento da escola, o entrosamento com a comunidade escolar e com o entorno da escola, ou seja, com empresas, serviços comerciais, órgãos públicos e religiosos, é fator de destaque nas escolas localizadas nos municípios do interior do estado. Já entre as escolas de Belo Horizonte e da Grande Belo Horizonte, o contato com a comunidade próxima da escola, à noite, é mais restrito, por questões afetas à segurança.

As relações das escolas com o sistema, na rede estadual, é feito por meio das Superintendências Regionais de Ensino (SERs), serviço de inspeção escolar. Os inspetores visitam as escolas e acompanham o cotidiano escolar, exercendo a função de comunicação bidirecional. Trazem informações e orientam sobre a legislação escolar e repassam às SREs, as informações sobre a organização e o funcionamento de cada escola, tendo em vista a correção de disfunções e a melhoria do ensino.

Na rede municipal de ensino de Belo Horizonte, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) é desmembrada em Coordenadorias Regionais, que acompanham as escolas e adotam procedimentos de verificação e avaliação da organização e do funcionamento escolar.

propostas e perspectivas

propostas e perspectivas

propostas e perspectivas

O Ensino Médio é a etapa da Educação Básica que no atual momento mais demanda atenção em todo o país. Considerando o crescimento da matrícula nessa etapa, ocorrido nos últimos 5 anos em todo o país, nota-se a urgência de políticas específicas dirigidas ao Ensino Médio. No que se refere especificamente ao Ensino Médio Noturno, a ausência de políticas específicas dirigidas ao atendimento das particularidades requeridas pelo público que frequenta a escola noturna tem comprometido a qualidade do ensino ofertado justamente aos mais pobres e, conseqüentemente, os objetivos de democratização da educação. A expansão da oferta no turno noturno é uma medida de grande importância para a democratização da educação, por permitir que jovens e adultos trabalhadores que não podem ter acesso à escola diurna possam cursá-la após o trabalho.

Nesse sentido, uma primeira observação que gostaríamos de destacar como contribuição à formulação de políticas dirigidas ao Ensino Médio Noturno é a atenção às especificidades desse turno, o que significa ampliar as vagas no noturno, possibilitando as mesmas condições de oferta encontradas no diurno. O funcionamento de bibliotecas e laboratórios e a disponibilidade de pessoal são apontados por professores e alunos pesquisados como indispensáveis ao bom funcionamento da escola noturna.

O Ensino Médio Noturno em Minas Gerais apresenta características específicas que demandam políticas educacionais e ações exclusivas. Entre as características podem ser citadas:

- Concentra maior contingente de alunos matriculados.
- Apresenta percentual elevado de alunos trabalhadores, muitos dos quais vêm diretamente do trabalho para a escola, sendo o cansaço decorrente da jornada.
- Os alunos que trabalham dispõem de pouco tempo para se dedicar às tarefas de estudos e pesquisas fora do horário que estão na escola.
- Muitos professores que atuam no Ensino Médio Noturno vêm de outra jornada diária de trabalho.
- Muitos alunos do Ensino Médio Noturno das escolas públicas não dispõem de recursos para acesso aos meios eletrônicos (computadores e internet) em suas residências.
- O acesso aos outros meios de divulgação de informações e conhecimentos (aquisição de livros, assinatura de revistas culturais e jornais, visita a museus, frequência a teatros, galerias de arte, etc.) é mais restrito, por motivos econômicos.

Muitos jovens buscam essa etapa da Educação Básica com o objetivo de completar a escolaridade e de inserir-se no mundo do trabalho. Estudos têm evidenciado que a conclusão do Ensino Médio aparece como condição indispensável à inserção no mercado de trabalho, em uma realidade de crescente desemprego. Assim, a estrutura da organização escolar deve contribuir não como limite e restrição à conclusão satisfatória da Educação Básica, mas com função mediadora para a inserção mais consciente dos jovens no mundo do trabalho. Nesse sentido, a oferta do ensino noturno de qualidade, em atendimento às suas necessidades, é condição para melhor capacitação dos jovens para o mercado de trabalho que cada vez mais concentra suas exigências em uma formação sólida e geral dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que pode propiciar o desenvolvimento desses alunos como sujeitos históricos.

Outra questão de caráter geral, que não atinge especificamente só o estado de Minas Gerais, é a ausência de financiamento próprio para o Ensino Médio, resultado da focalização no Ensino Fundamental como estratégia de política educacional implementada no Brasil durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Tal ausência tem obrigado o Ensino Médio a crescer na ociosidade do Ensino Fundamental, não sendo contemplado em programas essenciais tais como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa de Merenda Escolar.

Os resultados apresentados na pesquisa empírica nos permitiram algumas considerações, às quais chegamos a partir do agrupamento das escolas contempladas na pesquisa, de acordo com os critérios de indicação para compor a amostra – rede escolar a que pertencem e localização geográfica. Tal agrupamento nos permitiu realizar análise das características e das especificidades do Ensino Médio Noturno, refletindo, a partir das suas condições de funcionamento, de modo a apresentar subsídios à formulação de políticas para essa etapa da Educação Básica.

Os problemas mais comuns no Ensino Médio Noturno se relacionam à falta de uma política educacional para essa etapa de ensino, que tem características específicas. Não há destinação exclusiva de recursos para o Ensino Médio Noturno, conforme já mencionado, sendo esta uma queixa freqüente entre os diretores.

Outros problemas ligados ao desempenho dos alunos são a infreqüência e a evasão escolar. Muitos alunos trabalham e chegam à escola após o início das aulas, diariamente.

Durante as aulas, o cansaço, tanto dos alunos como dos professores, que estão vindo de outras jornadas de trabalho, é visível.

Por isso, medidas administrativas são utilizadas como estratégias para facilitar o funcionamento da escola, como o fornecimento da merenda escolar aos alunos, antes do início do turno, mesmo não contando com recursos para tal. Algumas escolas buscam parcerias na comunidade local, procurando obter gêneros alimentícios, outras utilizam recursos destinados ao Ensino Fundamental. São medidas adotadas pelas escolas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte e pelas escolas do Grupo III, situadas no interior de Minas Gerais. As três escolas do Grupo II não fornecem merenda aos alunos do Ensino Médio Noturno. É interessante ressaltar a especificidade desse grupo, que apresenta menores índices de infreqüência e de evasão escolar, tem alunos mais jovens, menor número de alunos trabalhadores.

Nas atividades curriculares a ênfase é centrada no desempenho dos alunos. Nas escolas integrantes do Grupo I e do Grupo III merecem destaque as ações realizadas pela gestão escolar, tendo por objetivo a redução da evasão e da infreqüência, além de melhoria da qualidade de ensino noturno. Dessa forma, às sextas-feiras são executados projetos de trabalho coletivo, constituído de oficinas, organizadas por professores e alunos, contando com expressiva participação, inclusive, de pessoas não pertencentes à escola, que oferecem seu trabalho. As oficinas são variadas e integram os conteúdos do currículo, em trabalhos diversos como preparo de alimentos, cinema, artes plásticas, confecção de objetos de artesanato, comunicação, rádio e jornal, práticas de esportes. É possível observar o envolvimento de todos, professores e alunos, com índices elevados de presença. Nas oficinas, procura-se valorizar as diversidades culturais e os interesses dos jovens alunos, que promovem atividades atraentes, apresentações artísticas, exposições e campeonatos.

As escolas estaduais do interior do estado, indicadas pela Secretaria de Educação a partir do registro de experiências bem-sucedidas, são também integradas à comunidade e, por esse motivo, estabelecem parcerias com empresas, comércio, órgãos de administração municipal, postos de saúde e universidades. Nessas parcerias, cedem instalações e equipamentos e recebem em contrapartida doações de alimentos, material escolar, recursos financeiros para reformas e ampliação de espaços. É também prevista a utilização compartilhada de espaços e recursos didáticos, tais como bibliotecas e laboratórios.

As equipes docente e pedagógica dessas escolas, a partir da reflexão sobre as condições de organização e funcionamento do Ensino Médio Noturno, realizam projetos pedagógicos e curriculares, prevendo oficinas interdisciplinares, metodologia ativa, alternativas de aprendizagem, com o objetivo de integrar o aluno à escola e reduzir a evasão escolar. Um exemplo é o Projeto Diadorim, executado pela Escola Estadual 7, em Três Marias, cujo resultado pode ser mensurado pelo aumento da frequência escolar no Ensino Médio Noturno.

Em todas as escolas desse grupo nota-se grande esforço da direção no sentido de promover atividades que tentem despertar o conhecimento científico e o interesse em aprender. Os diretores têm importante papel de liderança e grande responsabilidade no desenvolvimento de parcerias com empresas e entidades públicas e privadas. O protagonismo dos diretores desse grupo deve ser destacado, pois sua atuação nas comunidades permite às escolas realizar atividades educacionais, obter melhor entrosamento das equipes docentes e discentes e fortalecer a auto-estima dos alunos e dos professores envolvidos em tais projetos. Dessa forma, tais iniciativas da direção das escolas acabam se constituindo em formas de suprimento das deficiências de recursos, possibilitando melhorias nos resultados escolares. Contudo, é necessário observar a subjetividade contida nesse aspecto. O protagonismo dos diretores se por um lado tem sido determinante ou tem contribuído sobremaneira para o sucesso dessas experiências observadas, por outro lado, não é fator controlável em termos de políticas públicas dirigidas a um sistema inteiro. Além disso, tal protagonismo tem representado sobrecarga de trabalho para os diretores, trazendo sérias conseqüências para sua saúde, conforme temos atestado em outras pesquisas¹⁵.

1. Sobre a opinião dos alunos acerca do Ensino Médio Noturno

Os alunos do Ensino Médio Noturno, em resposta à questão sobre as atividades que gostariam que houvesse em sua escola, apontam predominantemente as aulas de informática, a disponibilidade de acesso à internet, as aulas de educação física para o turno da noite e oportunidades para prática de esportes. Foram sugeridos campeonatos, gincanas e modalidades específicas de esporte, como natação, handebol, lutas, basquete, vôlei, futebol, etc. Apareceram em menor intensidade aulas práticas e laboratórios bem equipados. Em seguida

15 – Pesquisa em desenvolvimento, intitulada Gestão escolar e trabalho docente. CNPq/Fapemig, realizada no âmbito do Gestrado/UFMG.

aparecem outras demandas por atividades artísticas, tais como dança, teatro, filmes, oficinas literárias e atividades extraclasse, como excursões a museus e cidades históricas.

Demandas por melhores condições materiais da biblioteca, como melhor acesso, acervo e espaço físico também aparecem, porém de forma discreta. Particularmente entre os alunos da Escola 7, há grande demanda por melhoria do espaço físico, incluindo a construção de sala de vídeo, biblioteca e quadras.

Também de maneira discreta, surgiram demandas por cursos profissionalizantes e ainda palestras sobre orientação sexual, prevenção ao uso de drogas, trabalhos comunitários e vida em sociedade, além da demanda por criação do grêmio estudantil e por merenda escolar em algumas escolas.

As principais evidências de qualidade identificadas nos questionários dos alunos atribuem grande responsabilidade aos professores pelo bom ensino que recebem, destacando a qualificação, o compromisso, a seriedade, o respeito e o interesse demonstrados pela realidade dos alunos e pelo corpo docente.

Em escolas estaduais da capital (Grupo II), foi ressaltado como importante fator neste aspecto a disciplina interna da escola e a organização (cumprimento de horários, exigência do uniforme e outras normas). Na E.E. 4 foi bastante lembrada a importância da infra-estrutura física.

Também foram interpretados como evidências de qualidade a demanda por vagas naquelas escolas e o sucesso dos egressos no vestibular e outros concursos, assim como os resultados obtidos em avaliações externas, como: Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica (Simave), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em escolas estaduais do interior (Grupo III), os alunos indicaram aspectos ligados às relações humanas na escola, tais como boa convivência, respeito, companheirismo entre corpo discente, funcionários e professores.

Nas escolas do Grupo I observa-se que, nas respostas dos alunos, estão presentes tanto a qualidade do ensino, refletida na proposta pedagógica, quanto o entrosamento da comunidade escolar, registrando-se ainda a infra-estrutura física de algumas escolas, a segurança e a limpeza como indicadores de qualidade.

2. Sobre a opinião de professores e diretores acerca do Ensino Médio Noturno

Os professores do Ensino Médio Noturno das escolas pesquisadas indicaram, para melhoria do Ensino Médio Noturno, as sugestões:

- Em relação às suas condições de trabalho: melhoria de sua remuneração para evitar dobras de turno ou acúmulo de cargos, possibilitando-lhes dedicar mais tempo para assistência aos alunos, dedicação a pesquisa e estudos, planejamento e avaliação, estando essas horas compreendidas em sua jornada de trabalho. Apontam ainda a necessidade de acompanhamento de profissionais especializados, psicólogos, assistentes sociais, orientação educacional para os alunos. Reconhecem a necessidade de atualização e aperfeiçoamento profissional, mas consideram que a formação continuada deve estar compreendida em sua jornada de trabalho ou em licenciamentos remunerados, em que tenham direito a substituição no exercício de suas atividades docentes.

- Quanto à infra-estrutura, os professores propõem: a informatização de todos os serviços da escola; acesso à internet, para alunos e professores; espaços culturais como auditórios, bibliotecas bem equipadas, com bom acervo, livros para consulta (de alunos e professores). Apontam ainda a melhoria dos recursos didáticos das escolas, tais como: *data-show*, sala de vídeo, computadores associados a TV de tela grande, sala de multimídia, acesso a canais culturais (Discovery Chanel, National Geographic, TV Futura). Os laboratórios bem equipados são indicados como muito importantes à realização de seu plano de trabalho.

- As atividades esportivas para os alunos aparecem em destaque, com propostas de quadras poliesportivas para a realização de práticas de esporte, campeonatos, etc. Programas de incentivo ao esporte e ofertas de cursos que promovam o desenvolvimento cultural e artístico em atividades lúdicas e criativas (teatro, dança, oficinas de arte, música, artesanato) são considerados como condições importantes para o bom desempenho dos alunos, ao mesmo tempo como recurso para tornar as atividades didáticas mais atraentes e participativas.

- Aulas de reforço escolar e as figuras do professor recuperador e professor eventual aparecem em destaque nas sugestões dos professores, bem como a necessidade de plano curricular especial, diferenciado para o Ensino Médio Noturno, e classes especiais

para os alunos que trabalham e necessitam faltar ou se atrasam para o início das aulas. Esses alunos receberiam reforço extra de aprendizagem, por meio de atendimento especializado desses professores que os ajudariam em suas dificuldades.

Os diretores – também pesquisados e ouvidos como trabalhadores (as duas redes escolhem seus diretores por meio de seleção competitiva, em que os professores podem ser candidatos) – apontam a necessidade de serviços para melhorar o desempenho escolar dos alunos, tal como a criação de um núcleo de atendimento para os que apresentam dificuldades e defasagens de aprendizagem, composto de professores especializados nos diversos conteúdos.

A necessidade de verbas específicas para o Ensino Médio Noturno foi apontada pelos diretores de todas as escolas integrantes da pesquisa, como também a extensão do Programa Nacional do Livro Didático ao Ensino Médio, em todos os conteúdos. Outra sugestão dos diretores refere-se à merenda escolar, apontada como importante fator para manter a presença constante.

Os diretores consideram, ainda, que o relacionamento entre o coletivo da escola, como resultado de uma gestão mais participativa e mais comprometida com as questões pedagógicas, é condição para o bom desempenho do Ensino Médio Noturno, recomendando que esses aspectos estejam compreendidos nos programas de capacitação gerencial promovidos pelos Sistemas de Ensino.

A necessidade de cursos de capacitação para as equipes docentes que habilitem os professores a aprimorar o exercício da sua profissão, no desenvolvimento de projetos, inovações pedagógicas, dinamismo nas aulas, utilização de estratégias diversificadas, é citada pelos diretores.

Outros aspectos de ordem organizativa e de gestão sugeridos referem-se a organização do trabalho coletivo, respeito aos horários, controle e disciplina no ambiente escolar.

3. Sobre o currículo do Ensino Médio Noturno

Entre as escolas pesquisadas, merece destaque, em relação ao currículo, a experiência da E. E. 7, município de Três Marias, integrante do Grupo III. A escola localiza-se em bairro periférico do município e atende 213 alunos do Ensino Médio Noturno. Realiza interessante planejamento pedagógico das atividades escolares com a participação de todos os professores, da direção da escola e da coordenação pedagógica. O projeto Diadorim realizado pela escola constitui-se em alternativa de aprendizagem, compreendendo oficinas pedagógicas e metodologia ativa. O êxito do projeto foi grande, ao envolver alunos e professores nas pesquisas e nas atividades artísticas, como oficinas de dança, música e esportes, em diversas manifestações, de forma expressiva. O que se observou durante a visita a essa escola é que não ocorria fragmentação de currículo, trabalho isolado por disciplina e ruptura de diálogo. Buscava-se integrar os alunos nas atividades pedagógicas, respeitando-os em sua individualidade.

As dez escolas que integram a amostra, compostas em três agrupamentos distintos, possuem Regimento Escolar e Proposta Pedagógica. O currículo do Ensino Médio Noturno das escolas é apresentado em disciplinas, observados os preceitos da seção I do capítulo II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 (carga horária mínima anual de 800 horas, duzentos dias letivos, frequência mínima de 75% do total das horas letivas para a aprovação, etc.)

Em relação às finalidades e às diretrizes contida nos artigos 35 e 36 da Lei nº 9.394/96, as escolas envidam esforços no sentido de alcançá-los. Entretanto, são amplas as condicionantes à consecução dos objetivos enfrentados pelas escolas públicas como instituições educativas, restrições decorrentes de políticas centradas em medida de contenção da alocação de recursos para a educação.

O currículo do Ensino Médio Noturno não pode ser pensado a partir de uma visão estreita de transmissão de conhecimentos pré-definidos e previstos para cada matéria. A função educativa da escola, sua organização e os procedimentos metodológicos, as relações internas e as práticas diversas dos sujeitos envolvidos na ação educativa devem ser consideradas ao se planejar a execução do currículo. Faz-se necessário refletir sobre o caráter aberto e flexível de algumas propostas curriculares em debate na atualidade.

Dessa forma, consideramos que, em relação ao currículo do Ensino Médio Noturno, devem ser observadas algumas questões, como:

Estrutura curricular diferenciada

O reconhecimento da identidade pessoal dos alunos, sua diversidade cultural e regional torna-se condição importante na elaboração das propostas curriculares. O agrupamento das dez escolas permitiu entender que existem diferenças entre as regiões e entre o perfil dos alunos que as freqüentam. Assim, o currículo das escolas de Ensino Médio Noturno, deve, na medida do possível, ser diversificado para atender a necessidades regionais distintas, representando os interesses dos jovens e suas famílias, segundo características regionais. A estrutura curricular diferenciada em conteúdos e carga horária pode ser uma proposta que contemple heterogeneidades, de acordo com as especificidades identificadas e agrupadas. Deve contemplar as necessidades dos educandos, em sua diversidade.

Construção coletiva do currículo do Ensino Médio Noturno

A elaboração da proposta curricular deve ser buscada como um projeto coletivo, com envolvimento de todos os professores, pedagogos, alunos, direção, trabalhando de forma integrada. Os procedimentos metodológicos e o emprego de recursos didáticos variados em uma perspectiva de interdisciplinaridade e contextualização, com a utilização de projetos de trabalho, oficinas pedagógicas – como as realizadas pelas escolas do Grupo I e do Grupo III – atividades artísticas culturais e esportivas são alternativas que permitem a integração dos alunos ao ambiente escolar e podem resultar em redução da evasão escolar e possibilitar melhor aprendizagem. A fragmentação curricular, resultante da compartimentação dos conteúdos, deve ser evitada. A proposta curricular é processo em permanente construção, em espaço de diálogo e comunicação entre os que convivem no cotidiano escolar.

O conhecimento hoje está mais acessível, não apenas em livros, bibliotecas, museus, jornais, mas também em meios eletrônicos. Entretanto, muitos alunos do Ensino Médio Noturno não dispõem de recursos financeiros para acesso a esses meios, não têm internet em suas residências, não têm tempo para pesquisas e estudo fora do horário de aulas, porque muitos trabalham. São razões que justificam a construção de uma proposta curricular mais adequada a suas especificidades.

O trabalho coletivo e compartilhado, com participação dos profissionais da escola, representa um desafio para a gestão escolar, devido ao pouco tempo que têm os professores para trabalhar em conjunto. Muitos deles, conforme indicado na pesquisa, trabalham em mais escolas, sempre com elevado número de alunos, e não têm horas disponíveis em sua jornada de trabalho para reuniões, planejamento e trabalho coletivo. Dessa forma, para a realização dessa modalidade de trabalho integrado, faz-se necessário rever e repensar as atuais condições de trabalho dos professores das escolas públicas em Minas Gerais. A capacitação contínua dos profissionais e a melhoria da infra-estrutura das escolas em relação aos recursos didáticos, aos recursos dos meios eletrônicos acessíveis para alunos e professores são necessárias, para melhoria dos resultados educacionais.

uma escola em destaque

uma escola em destaque

uma escola em destaque

A partir das visitas a dez escolas em Minas Gerais destacamos a experiência de uma escola de porte médio localizada na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte. Essa escola destacou-se por apresentar grande criatividade nas iniciativas para melhorar a qualidade do ensino oferecido e torná-lo acessível a um grupo maior de alunos. Tais iniciativas não eram específicas para o Ensino Médio Noturno, mas o contemplavam.

1. Características gerais da escola

A escola foi fundada em 1972. Trata-se de unidade escolar localizada em bairro da área urbana. Criada há mais de três décadas, oferece Ensino Fundamental e médio.

A Escola funciona em três turnos e atende 966 alunos dos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, sendo 231 matriculados no Ensino Médio Noturno.

Quanto às instalações físicas, a escola está localizada num prédio em precário estado de conservação, apresentado sinais de desgaste pelo tempo, pela ausência de pintura e pela falta de pequenos serviços de manutenção. As instalações internas são limpas, bem iluminadas e têm boa circulação, embora seja uma área pequena, se comparada a outras escolas visitadas. Aí se localizam a cantina, o refeitório, a biblioteca, a secretaria, a sala dos professores, a sala da coordenação, a diretoria, a consultório odontológico e ainda 16 salas de aula, das quais oito são utilizadas pelo Ensino Médio Noturno. A escola possui também uma ampla área externa não pavimentada, cujo acesso é restrito no turno noturno. Aí se localizam ampla quadra esportiva descoberta e ainda uma horta feita em parceria com a comunidade próxima, cujo retorno para a escola é a manutenção do espaço cedido sempre cuidado e limpo.

A segurança na escola conta com o serviço de controle de entrada e saída de alunos e outras pessoas, contudo não há vigilante contratado, sendo um auxiliar de serviços gerais da escola quem realiza essa função. Os portões permanecem trancados durante o tempo em que transcorrem as aulas. Existem grades para proteger os equipamentos mais caros da escola e boa iluminação da parte externa. Como iniciativa para melhorar a segurança e defender-se de invasões à quadra poliesportiva, por vizinhos da comunidade adjacente durante o final de semana, segundo nos relatou o pelo diretor da escola, foi adotada a promoção de atividades que abrirem a escola para a comunidade, como festas juninas,

gincanas e outras. Todos os equipamentos existentes na escola estão disponíveis para o noturno. Incluem: duas linhas telefônicas, dois televisores, antena parabólica, vídeo, dois aparelhos de som, fax, copiadora, dois retroprojetores e uma cozinha bem montada. Alguns equipamentos apresentam-se em estado precário, demandando reparação e manutenção, como um som e uma televisão. A escola possui ainda 13 computadores, sendo 11 para uso dos alunos e dois para uso administrativo. Não há computadores para uso dos professores. A escola possui água, energia elétrica e rede de esgoto, fornecidos pelas companhias estaduais de energia e de saneamento por meio de rede de distribuição.

Quanto aos alunos, a escola mantém média de 37 por sala, tendo por base o número máximo de 40 alunos definido pela Secretaria Estadual de Educação (SEE-MG¹⁶). Entre os alunos pesquisados (64 questionários respondidos), pouco mais da metade trabalha (58%), número significativo, se somado a outros tantos que desejariam estar trabalhando, mas não conseguiram ocupação, e outros tantos, que declararam contribuir em tarefas domésticas¹⁷. Poucos alunos (28%) têm expectativa de continuidade de estudos em nível superior. Embora a opção de parte dos alunos pelo turno da noite não possa ser explicada só por sua condição socioeconômica, é inegável a importância que tal fator tem nessa decisão.

O critério para organização das turmas é a idade dos alunos, definido pelo Colegiado Escolar. O controle da frequência é feito pela Secretaria, por meio de registro de presença nos diários de classe. A escola realiza levantamento das evasões e procura os alunos, incentivando-os a retornar. Os professores também colaboram na redução da evasão, procurando acompanhar mais de perto os alunos faltosos.

A equipe escolar é caracterizada por possuir muitos profissionais designados e uma minoria de efetivos. No Ensino Médio Noturno trabalham quatro efetivos e 14 professores designados, todos com licenciatura plena na área em que lecionam. A escola possui, ainda, profissionais comprometidos exclusivamente com a coordenação pedagógica do Ensino Médio Noturno. O diretor da escola é bastante integrado à equipe escolar e exerce importante papel de liderança. Em relação à equipe escolar, o diretor relata que há alguma

16 – Na rede estadual de ensino de Minas Gerais, o número de alunos por turma é definido por meio de Resolução anual. Para o exercício de 2003 a norma estabelecida foi a Resolução nº 350, de 19 de novembro de 2002. Para 2004 é a Resolução nº 466, de 19 de dezembro de 2003. Em ambas o número estabelecido foi de 30 alunos nas quatro séries iniciais do EF; 35 nas quatro séries finais e 40 alunos no EM.

17 – Cf.: MARQUES (1997).

dificuldade em conviver com a grande rotatividade nos quadros, dado o representativo número de professores designados. O critério para atribuição das aulas é a situação funcional e o tempo de trabalho na escola, da seguinte forma: primeiro os professores efetivos escolhem suas turmas e depois os professores designados.

O Projeto Político Pedagógico da escola está sendo elaborado com a participação de toda a comunidade escolar. A semana de planejamento consta do calendário escolar, geralmente no início do ano letivo. Os professores de todas as turmas se reúnem por área do currículo e trabalham por etapa da Educação Básica. Sua elaboração é lenta, mas as discussões são válidas e eles avaliam que o processo é bastante rico.

A reflexão coletiva sobre a prática pedagógica ocorre nas reuniões do Conselho de Classe, em discussões, trocas de experiências nos intervalos na sala dos professores e nas reuniões pedagógicas mensais. Os especialistas relatam que, em conjunto com a direção da escola, procuram oferecer amplo apoio pedagógico aos professores, discutindo os problemas e procurando soluções. Os professores valorizam as iniciativas da direção e dos especialistas da escola.

2. A experiência do Ensino Médio Noturno da escola

A coordenação pedagógica busca realizar um trabalho bastante próximo aos professores, orientando-os no planejamento e no desenvolvimento das ações pedagógicas tanto para o Ensino Médio regular quanto para o Ensino Médio Noturno. De acordo com depoimentos colhidos e nossas observações, a escola não introduz modificações em sua forma de realizar o trabalho para adaptá-lo exclusivamente ao público do Ensino Médio Noturno; contudo os esforços por democratizar a escola e melhorar a qualidade dos serviços prestados em geral fazem-se notar. As reuniões pedagógicas são realizadas mensalmente e, além dessas, também são feitas reuniões do Colegiado Escolar e do Conselho de Classe. Nesses espaços de trabalho coletivo, a sistemática de tomada de decisões é a seguinte: divulgação da pauta com antecedência de 24 horas, discussão ampla e busca de consenso.

3. Relações de parceria e busca de auxílio externo

Um importante exemplo dessa escola na busca de parceria foi a participação dos professores em cursos de formação continuada, por meio de convênio com instituição de ensino superior privada, de uma cidade vizinha.

Outro exemplo de parceria bem-sucedida surgiu a partir de problema concreto, quando a escola recebeu alunos portadores de deficiência visual e teve que procurar mecanismos e auxílio para desempenhar-se bem nessa situação nova. Foi nesse contexto que a escola fez parceira com a Fundação Olhos D'Alma, para capacitar professores e alunos para o trabalho com portadores de necessidades educacionais especiais visuais e assim melhorar a inserção desses alunos na escola.

Outros projetos na escola contam com parceria da sociedade local e é importante destacar que nem sempre tais parcerias foram buscadas pela escola. No caso de um projeto de distribuição de sopa para a comunidade próxima à escola, feita por um grupo de funcionários do Banco do Brasil, foram estes que contataram a escola, propondo o trabalho conjunto para executar um projeto que já era deles. O já referido uso da área externa da escola para o plantio de uma horta também é exemplo de parceria da escola com a comunidade, em que a primeira foi procurada por um morador que queria usufruir do espaço para cultivar alguns alimentos.

Cabe observar que a tendência de valorização de projetos de parceira que se faz presente no discurso e nas ações dessa escola também está presente nos discursos governamentais desde a década de 90, alinhados com política de descentralização administrativa e contenção de gastos. Percebe-se que essas relações assumem papel importante na vida da escola, consistindo em importante auxílio perante o quadro de pauperização decorrente da diminuição do investimento público.

4. A visão da escola sobre a sua experiência de ensino

Destaque importante nessa escola é o papel desempenhado pela coordenadora pedagógica, cargo ocupado temporariamente por uma profissional designada, mas que durante seu período na escola procurou fazer uma gestão com projetos que envolvessem muitos alunos, buscando a inclusão de portadores de problemas de visão. Professores e alunos tendem a atribuir ao diretor e a esta coordenadora pedagógica papel muito importante na experiência de ensino da escola, o que faz com que o sucesso de várias ações se personifique nessas duas pessoas.

A escola, em grande parte dela iniciativa do diretor, é bastante integrada à comunidade em seu entorno e realiza projetos e festas contando com excelente adesão dos alunos e seus familiares e de membros externos da comunidade nesses eventos. Como exemplo, citamos as festas juninas, as festas de final de ano e as gincanas.

Apesar de a escola ter recebido clara orientação da SEE–MG para não aceitar alunos acima de 20 anos, essa recomendação não é respeitada, tendo em vista a sobra de vagas.

5. A visão do observador externo

A recepção da escola à pesquisa foi relativamente boa, tendo os professores demonstrado disposição para responder os questionários, bem como curiosidade em relação aos resultados do trabalho. Os dados da secretaria da escola também foram obtidos de forma relativamente fácil, graças à grande disponibilidade dos funcionários e sua organização. No dia da aplicação dos questionários houve iniciativa dos professores de dispensar os alunos para facilitar o preenchimento dos formulários, o que resultou em total adesão no preenchimento do matinal entre os professores presentes.

O diretor possui bom contato com seus alunos e considera que estes o respeitam muito. Ele tem por característica buscar sempre realizar uma gestão participativa e democrática com os professores, embora aponte que tem dificuldade com a grande rotatividade nos quadros da escola a cada ano.

A escola funciona em um cenário de muita adversidade, considerando a rotatividade de seu quadro de profissionais designados, a dificuldade em manter a integridade de seu patrimônio físico, manifestada pelo problema de falta de segurança com os equipamentos caros e pela depredação de carteiras, e também os casos específicos de alunos com diversas carências para as quais a escola tem poucos recursos. No entanto, apresenta-se como espaço de resistência e de luta contra as condições de precariedade impostas a ela. Exemplos disso são as relações de parceria e as ações voluntárias, às vezes heróicas, de alguns profissionais, capazes de iniciativas simples, como montar e manter uma biblioteca bem organizada, independentemente de conhecimento técnico para tal atividade, mas cientes da importância desse espaço para a comunidade escolar, além dessas, também a iniciativa de buscar ajuda e parcerias para enfrentar os problemas de segurança, para atender alunos com necessidades especiais, para atender a comunidade do entorno e para buscar, ativamente, na Secretaria Estadual de Educação, meios de manter certa estabilidade dos profissionais designados, de forma a criar condições institucionais para melhorar o trabalho desenvolvido na escola. Apesar dos limites citados, essas várias iniciativas são respostas corajosas da escola que merecem ser destacadas e que vêm construindo caminho alentador para a melhoria da qualidade da educação pública.

considerações finais

considerações finais

considerações finais

As considerações aqui apresentadas para instruir indicações e recomendações acerca de políticas para o Ensino Médio Noturno têm caráter preliminar, sendo merecedoras de mais cuidado. Nesse sentido, como observação de caráter geral, ressalta-se a pouca atenção recebida pelo Ensino Médio no contexto da política educacional dos últimos anos no estado de Minas Gerais, o que parece não fugir à regra do resto do país. Na realidade o Ensino Médio aparece nos programas de governo como consequência da expansão do Ensino Fundamental, resultando em maior número de ingressos, maior número de concluintes e, dessa maneira, ampliação da demanda de atendimento no Ensino Médio. A focalização das políticas sociais nos últimos anos no Brasil, ainda em curso, refletiu no campo educacional na priorização do Ensino Fundamental, o que lhe conferiu a prerrogativa de ter orçamento próprio, diferentemente das duas outras etapas da Educação Básica. Se essa observação já nos informa em parte sobre as dificuldades de estabelecimento de condições políticas e materiais para a efetivação de um Ensino Médio, no atual cenário, que seja de fato comprometido com as necessidades do seu público, o Ensino Médio Noturno figura-se como verdadeira lacuna.

A especificidade do Ensino Médio Noturno é reconhecida pela SEE-MG, contudo tal reconhecimento não tem se traduzido em políticas direcionadas estritamente a ele. A esse respeito merece ser destacada a incongruência observada em relação a certas políticas, revertidas em propostas de ação, declaradas pela SEE-MG em depoimentos de seus dirigentes e documentos oficiais, e a inobservância de tais ações nas escolas. A título de ilustração podemos citar visita que realizamos à SEE-MG em que fomos informados pela Diretoria de Ensino Médio sobre a existência de dotação orçamentária específica para a merenda do Ensino Médio, inclusive para o turno da noite. Entretanto, nas escolas estaduais pesquisadas, os depoimentos colhidos ressaltavam a inexistência de tal recurso. Por isso, consideramos que importante reflexão, ensejada por pesquisa desta natureza, deve se dar sobre a distância entre a prescrição dos textos oficiais e o que se realiza na vida cotidiana das escolas.

Uma questão de natureza semelhante que chama atenção é a avaliação proposta nos textos da Escola Plural (contínua e processual, devendo se dar por meio de registros individuais) e as práticas observadas nas escolas, tais como o uso da nota e a aplicação

de provas. Essa discrepância entre a avaliação prescrita e a realizada pode ser observada, por exemplo, na dificuldade que algumas escolas (EM 3) têm de realizar suas provas conforme calendário em que as avaliações não estão previstas.

Como observação de caráter geral para todo o noturno, há a questão da segurança das escolas e de seu entorno. Por se tratar de questão de âmbito maior, que não se resolve nos limites da política educacional, gostaríamos apenas de ressaltar sua importância no desenvolvimento de um ambiente propício à aprendizagem.

Com relação à gestão escolar, ressalta-se a importância que as parcerias com empresas, universidades, Polícia Militar têm no sentido de propiciar algo mais às escolas que seu orçamento ou mesmo suas condições infra-estruturais permitem. Se, por um lado, constatamos a importância dessas ações, por outro é possível inferir que possuem pouca eficácia e curta extensão. Tais iniciativas variam de acordo com o perfil da direção escolar; o que se percebe nas escolas pesquisadas é que quanto mais comunicativo e empreendedor for o diretor, maior o leque de parcerias que a escola estabelece. Importante observar que nem todas as parcerias surgem da necessidade de complementação orçamentária, ocorrendo casos em que um projeto conjunto é motivado por interesses comuns entre diferentes instituições. A EE 3, por exemplo, estabelece convênio com a PM, a EE 7 com a Unimontes. As estratégias de recurso à comunidade para complementação orçamentária são generalizadas entre as dez escolas. Quanto à participação na gestão escolar, observa-se a inexistência da APM, a frágil participação dos alunos nos grêmios estudantis, a pouca regularidade das reuniões do colegiado e a generalização dos conselhos de classe.

Como indicação, consideramos ser necessário e urgente um tratamento específico ao corpo docente atuante no noturno, visando despertar nesses profissionais a necessidade de pensar na educação como instrumento para o atendimento das especificidades e eventuais dificuldades deste público. Para tal, julgamos que melhores condições de trabalho, que contemplem mais tempo remunerado para planejamento e atividades coletivas dentro da escola, além de possibilidades de qualificação, sejam indispensáveis.

As principais evidências de qualidade identificadas nos questionários dos alunos atribuem grande responsabilidade aos professores pelo bom ensino que recebem, destacando, no corpo docente, a qualificação, o compromisso, a seriedade, o respeito e o interesse pela realidade dos alunos.

Entre as experiências observadas, as que nos parecem ter obtido mais sucesso são aquelas que apresentam iniciativas pautadas em desenvolvimento de projetos, flexibilidade de horários e de planos curriculares. Em uma das escolas pesquisadas que apresenta esse tipo de experiência, seu diretor sugere a organização do Ensino Médio por módulos de conteúdo. Sabemos ser esta uma questão polêmica, mas é importante destacar que ela apareceu como indicação de um dirigente escolar entrevistado.

Iniciativas de projetos integrados por temas parecem funcionar bem como meio para evitar ou atenuar as ocorrências de evasão escolar. É o que foi relatado principalmente nas experiências das escolas situadas no interior do estado, que parecem obter êxito com a juventude de condições socioeconômicas mais desfavoráveis, contudo residente em cidades de médio e pequeno porte.

Já na região metropolitana, são as rotinas mais tradicionais que parecem obter melhores resultados. Importante ressaltar que essas escolas contam com público de classe média baixa e mais jovem. Nas escolas municipais observa-se a grande eficácia dos projetos de oficinas, presentes em todas as unidades visitadas, como orientação de política pública para toda a rede, à qual os alunos parecem responder muito bem.

referências

referências

referências

BELO HORIZONTE/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CADERNOS DA ESCOLA PLURAL. **Organização do trabalho escolar**: uma contribuição ao projeto da Escola Plural. Belo Horizonte: SMED, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. 18. ed., atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. **Lei nº 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CARVALHO, S. N. et al. Situação educacional e condições sociais. In: **Estudos sociodemográficos sobre a juventude paulista**. São Paulo: Fundação SEADE, 1998.

CASTRO, M. H. G.. O sistema educacional brasileiro: tendências e perspectivas. In: VELOSO, J. P. R. & ALBUQUERQUE, R. C. **Um modelo para a educação no século XXI**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

DIAS, Deise de Souza. **Jovem Aluno Trabalhador do Ensino Médio**: Articulação entre Trabalho e Educação. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

GAME. **Avaliação da implementação do projeto político-pedagógico da Escola Plural**. Belo Horizonte: GAME/FAE/UFMG, 2000.

GLÓRIA, D.M.A. A “escola dos que passam sem saber”: a prática da não retenção escolar na narrativa de alunos e familiares. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, n. 22, jan/fev/mar/abr de 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos e Pesquisas**: informação demográfica e socioeconômica: síntese de indicadores sociais de 2002, v.11.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Números da Educação no Brasil – 2001**. Inep/MEC, Brasília, 2001.

MADEIRA, F. R. Recado dos jovens: mais qualificação. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: **CNPD**, 1998. 2 v. 772p.

MARQUES, M. O. S. Escola noturna e jovens. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: n. 5, mai./jun./jul./ago 1997, e n. 6, set./out./nov./dez. 1997.

MINAS GERAIS (2003). Agenda para o desenvolvimento. Gestão Estratégica dos Recursos e Ações do Estado. Minas construindo um novo tempo.

MINAS GERAIS (2003). Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2004/2007.

MINAS GERAIS. Ministério Público. **Resolução Conjunta nº 001/2000**. Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Infância e Juventude – Comarca de Belo Horizonte.

MINAS GERAIS/SEE (2003). **Balanco Educação**. Janeiro a outubro de 2003 – Assessoria de Comunicação Social.

MINAS GERAIS/SEE. **Resolução n. 8.086/ 1997**. Belo Horizonte. Ciclos de Formação Básica; implantação do regime de progressão continuada no Ensino Fundamental.

MINAS GERAIS/SEE. **Resolução n. 151/ 2001**. Belo Horizonte. Dispõe sobre a organização do ensino nas escolas estaduais de Minas Gerais.

MINAS GERAIS. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 466, de 19 de dezembro de 2003. Disponível em: www.educacao.mg.gov.br/files/down/resolucao_466.pdf

MINAS GERAIS/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE. **Jornal Veredas**. Dez. 2003

MINAS GERAIS/SEE (2003). A Educação Pública em Minas Gerais, 2003/2006. O desafio da Qualidade.

OLIVEIRA, D. A. **Educação Básica. Gestão do Trabalho e da Pobreza**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, D. A. Mudanças na Organização e na Gestão do Trabalho na Escola. In: OLIVEIRA, D. A. e ROSAR, M.F. **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte. Autêntica, 2002, p. 125-143.

OLIVEIRA, D. A. O Ensino Médio no contexto das políticas para a Educação Básica. In: IBAS, D.; AGUIAR, M.; BUENO, M. S.. **O Ensino Médio e a reforma da Educação Básica**. Brasília: Plano Editora, 2002, p. 77-70

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em <http://www.undp.org.br>. Acesso em 12 jan. 2003.

RODRIGUES, N. Organização dos tempos e espaços educativos: da seriação à construção dos ciclos. In: **Organização dos tempos e espaços na escola**. PROCAD - Fase Escola Sagarana. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001. n. 4, p.17-35

SABOIA, A. L. Situação educacional dos jovens. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, v. 2, 772p, 1998.

SOUSA, S. M. Z. Escola e empresa: iniciativas de parceria no estado de São Paulo. In: FERREIRA, N. S. e AGUIAR, M. A. S. **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SITES CONSULTADOS

BELO HORIZONTE/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Escola Plural**: proposta política-pedagógica da rede municipal de educação. out. 2004. http://portal1.pbh.gov.br/pbh/index.html?id_conteudo=2139&id_nivel1=-1&ver_servico=N

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <<http://www.ibge.gov.br/>>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada <http://www.ipeadata.gov.br/>

Portal do Governo de Minas Gerais <<http://www.mg.gov.br/>>

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. <http://www.pbh.gov.br>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil <http://www.pnud.org.br>

Secretaria de Educação de Minas Gerais <<http://www.mg.gov.br/>>

Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte <<http://portal1.pbh.gov.br/pbh/index.html?idNv1=65&idConteudoNv1=&emConstrucaoNv1=N>>

Sistema de Estatísticas Educacionais <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>>